



O Grupo BEI

Relatório de Actividades 2001

Dados-chave do Grupo BEI

(em milhões de euros)

Banco Europeu de Investimento

Actividade em 2001

Financiamentos assinados	36 776
União Europeia	31 184
Países candidatos à adesão	2 659
Países parceiros	2 933
Financiamentos aprovados	41 424
União Europeia	35 163
Países candidatos à adesão	3 376
Países parceiros	2 884
Financiamentos desembolsados	31 573
Por conta de recursos próprios	31 368
Por conta de outros recursos	205
Recursos obtidos (após swap)	32 172
Em divisas comunitárias	28 597
Em divisas não comunitárias	3 575

Situação em 31.12.2001

Operações em curso	
Financiamentos a cargo de recursos próprios	221 116
Garantias prestadas	543
Financiamentos a cargo de recursos orçamentais	2 558
Empréstimos obtidos a curto, médio e longo prazo	176 027
Fundos próprios	23 296
Total do balanço	209 376
Resultado líquido do exercício	1 311
Capital subscrito	100 000
Do qual realizado	6 000

Fundo Europeu de Investimento

Actividade em 2001

Contratos assinados	1 758
Capital de risco (57 fundos)	800
Garantias (39 operações)	958

Situação em 31.12.2001

Carteira de operações	5 340
Capital de risco (153 fundos)	2 005
Garantias (86 operações)	3 335
Capital subscrito	2 000
Do qual realizado	400
Resultado líquido do exercício	76
incluindo o resultado extraordinário de 60,5 milhões	
Reservas e provisões	100



Índice

	<i>Páginas</i>
Mensagem do Presidente	4
Âmbito de acção e perspectiva geral de 2001	6
Plano de Actividades 2002 - 2004	8
Actividades do Grupo BEI em 2001	10
Contribuir para o desenvolvimento equilibrado da União	11
A «Iniciativa Inovação 2000»	14
Proteger o ambiente e melhorar a qualidade de vida	16
Preparar os países candidatos para a adesão	18
Cooperar com os países parceiros	21
O Grupo BEI ao serviço das PME	24
Financiar as redes transeuropeias	26
Promover o capital humano	28
Um intermediário financeiro de primeira ordem	30
Actividade no mercado de capitais	31
Cooperação com o sector bancário	35
Diversidade dos produtos propostos	35
Funcionamento do Grupo BEI	36
Melhor informação melhorando a transparência	37
A governação do BEI	40
O Comité Executivo do BEI	41
Estrutura dos serviços do BEI	42
A governação e a estrutura dos serviços do FEI	44
Funcionamento do Grupo BEI	45
Balanço sintético do Grupo BEI	46
Projectos que podem ser financiados pelo Grupo BEI	47
Endereços do Grupo BEI	48



Mensagem do Presidente

O BEI não é um banco como os outros; foi criado para apoiar financeiramente os objectivos da União Europeia. Esta especificidade, designei-a pela fórmula «*Policy driven Public Bank*», ou seja, um banco público que contribui, em total harmonia com as restantes instituições europeias e sem pesar nas finanças públicas, para a realização de projectos que concretizam as prioridades económicas, sociais e certamente, políticas da União.

Em 2001, o BEI concedeu 36 800 milhões de euros, dos quais mais de 31 000 milhões na União, e captou 32 300 milhões em 13 divisas. Paralelamente, a sua filial especializada, o Fundo Europeu de Investimento, desenvolveu significativamente as actividades em favor das PME, concedendo mais de 800 milhões em capital de risco e prestando garantias no valor de 960 milhões. Mas mais do que o volume em si, gostaria de sublinhar a orientação qualitativa das actividades. Mais de dois terços dos financiamentos do Grupo, ou seja, 22 000 milhões, destinaram-se a promover a criação de riqueza nas regiões mais desfavorecidas da União ou dos futuros Estados membros. Esta acção, que abrange todos os sectores da economia - das infra-estruturas de base às PME -, teve um importante efeito catalisador da intervenção de outras fontes de financiamento, quer bancárias, quer dependentes dos Fundos Estruturais comunitários.

O nosso segundo objectivo é modernizar a economia europeia de forma a que a União, agora reforçada com a criação da sua nova moeda, possa desempenhar plenamente o seu papel numa economia globalizada. A

Iniciativa Inovação 2000 («I2I»), que o Grupo BEI instaurou na sequência das conclusões do Conselho Europeu de Lisboa de Março de 2000, contribui para esse objectivo, na medida em que promove uma economia baseada no conhecimento e na inovação. Em 2001, a «I2I» registou um surto notável, ascendendo o volume de operações aprovadas em todos os Estados-membros da União e em sete países candidatos a mais de 10 300 milhões. O Grupo já tem um grande avanço em relação ao objectivo fixado pelo Conselho Europeu, que apontava para um investimento de 12 000 a 15 000 milhões de euros no âmbito da «I2I», até ao final de 2003.

Durante o ano, financiámos doze projectos de investigação e desenvolvimento de interesse crucial para a vitalidade da nossa economia. Paralelamente, o BEI e o FEI apoiaram cerca de 100 000 pequenas e médias empresas de diversos sectores. Além disso, para responder ao desejo expresso pelo Conselho Europeu de Gand, o Banco decidiu reforçar o apoio aos sectores particularmente afectados pelo abrandamento conjuntural, utilizando para o efeito todos os recursos de engenharia financeira do Grupo, nomeadamente, a partilha de riscos com os promotores de projectos.

O Banco não pode manter este nível de actividades sem ter em conta as legítimas aspirações das populações da União a um desenvolvimento que respeite o ambiente. Por essa razão, para além de integrar a vertente ambiental na avaliação de todos os investimentos que apoia, o BEI canaliza quase um quarto das verbas para projectos que se destinam especificamente à protecção



do ambiente natural, à reabilitação de condições ambientais degradadas - sobretudo nos países candidatos - ou à melhoria da qualidade de vida urbana. Para o efeito, revê continuamente os seus métodos e reformulou a sua organização interna neste domínio, para poder apoiar da melhor forma os compromissos da União em matéria de desenvolvimento duradouro e no que toca às alterações climáticas.

No exterior da União, o Grupo BEI presta uma atenção particular a duas zonas de importância vital para a Europa do futuro: a Europa Central e a Bacia Mediterrânica. Intervindo no âmbito dos mandatos da União, a que, por iniciativa própria e por sua conta e risco, adicionou instrumentos financeiros específicos, o BEI é, de longe, a principal fonte de financiamento bancário de projectos nos países limítrofes a Sul e a Leste da União, nos quais contribui para a liberalização das economias, para a transferência de capitais e de *know-how*, através da promoção do investimento directo estrangeiro, e também para o desenvolvimento de projectos de âmbito regional. Estando plenamente empenhado em acompanhar a evolução das políticas da União, o BEI tem colaborado estreitamente com a Comissão nas reflexões em curso sobre esta vertente, conduzidas sob os auspícios da Presidência espanhola da União, que visam revitalizar a Parceria Euromediterrânica, lançada em Barcelona em 1995.

A preocupação de eficácia operacional deve inscrever-se num contexto de transparência e de responsabilidade, que aproxime a nossa instituição dos cidadãos europeus, beneficiários finais da sua acção. Assim sendo, em 2001, o BEI aprofundou o diálogo político com o Parlamento Europeu e estabeleceu relações com o Comité Económico e Social da União, tendo também implementado uma nova estratégia de transparência, que se traduziu



na reformulação da sua política de informação e num maior diálogo com a sociedade civil, através das ONG.

Será talvez supérfluo recordar que o Grupo BEI financia as suas actividades estando presente nos mercados de capitais de todo o mundo. A alta qualidade dos seus accionistas e da sua carteira de empréstimos, e as políticas de captação de fundos que adopta, as quais aliam

prudência e inovação, fazem do BEI uma referência quase-soberana no mercado, unanimemente reconhecida, como ilustra o seu *rating* «Tripló A».

A 31 de Dezembro de 2001, o volume de empréstimos em curso do BEI ascendia a 221 000 milhões de euros, aproximando-se do limite máximo teórico de 250 000 milhões; a preocupação de cumprir os nossos objectivos levou-me, pois, a propor aos nossos accionistas um aumento do capital de 50%. O trabalho realizado pelo Conselho de Administração sobre as prioridades de acção a longo prazo e as possibilidades de realizar um aumento de capital auto-financiado, traçou essencialmente a via para a decisão dos nossos Governadores de 4 de Junho de 2002. Uma vez mais, o Banco vê confirmado o apoio sólido e unânime dos seus accionistas, os Estados-membros da União, apoio esse que quero aqui agradecer.

Philippe Maystadt
Presidente do Grupo BEI



Âmbito de acção e perspectiva geral de 2001

Sendo um banco público cuja acção é conduzida em colaboração com as restantes instituições da União, o BEI contribui, nos termos dos seus Estatutos e das decisões dos Conselhos Europeus, e sem pesar nas finanças públicas, para a realização de projectos que concretizem as prioridades económicas e sociais da União.

Na sequência do Conselho Europeu de Lisboa, realizado em Março de 2000, o Conselho de Governadores decidiu constituir o «Grupo BEI», composto pelo Banco Europeu de Investimento e o Fundo Europeu de Investimento. O BEI tornou-se assim o accionista maioritário e o operador do FEI, a sua filial especializada no capital de risco e na prestação de garantias em favor de PME.

Em 2001, a acção do Banco pautou-se pelas orientações formuladas pelos Conselhos Europeus de Estocolmo e Gotemburgo (Março e Junho de 2001) e de Gand e Laeken (Outubro e Dezembro de 2001), que convidaram o BEI:

- a prosseguir o apoio aos países candidatos à adesão;
- a reforçar a acção em prol do desenvolvimento de uma economia europeia baseada no conhecimento e na inovação;
- a promover uma estratégia de desenvolvimento duradouro e a colaborar com a Comissão na implementação de uma política europeia no que toca às alterações climáticas;
- a apoiar o investimento nos sectores particularmente afectados pelo abrandamento económico.

Em resposta a este convite, o BEI tomou um certo número de iniciativas:

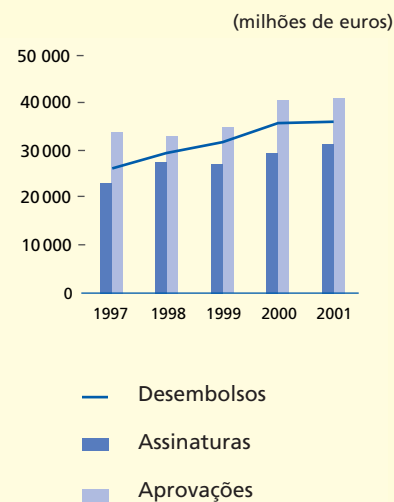
- reforço dos financiamentos do BEI e do FEI para projectos conformes com a «Iniciativa Inovação 2000 (i2i)», instaurada na sequência do Conselho Europeu de Lisboa, e alargamento desta iniciativa aos países candidatos à adesão;
- reforço da atenção dada a projectos com um impacte positivo no ambiente e criação de uma estrutura reforçada de avaliação ambiental dos projectos no seio da Direcção-Geral de Projectos;
- financiamento até um limite de 75% do custo de certos projectos nos sectores dos transportes, da protecção do ambiente e do turismo, assim como nos domínios abrangidos pela «i2i», incluindo a educação.

Salvo indicação em contrário, os montantes são expressos em euros.



- Em 2001, o volume total de **empréstimos assinados** pelo BEI ascendeu a **36 800 milhões**. Tal como anunciado no início do exercício, verificou-se apenas um ligeiro aumento em relação a 2000 (36 000 milhões), facto que traduz a vontade de privilegiar uma orientação qualitativa das decisões de financiamento.
- As verbas distribuíram-se como se segue:
- 31 200 milhões na União Europeia;
 - 2 700 milhões nos países candidatos à adesão;
 - 1 400 milhões nos países da Parceria Euromediterrânica;
 - 319 milhões nos Balcãs;
 - 520 milhões nos países ACP/PTU;
 - 150 milhões na África do Sul;
 - 543 milhões nos países da América Latina e da Ásia.
- Os **desembolsos** ascenderam a **31 600 milhões** (dos quais 27 800 milhões na União Europeia), sendo 70% efectuados em euros.
- A apreciação pelos serviços do Banco de cerca de 310 projectos de investimento em 2001 traduziu-se num volume de **aprovações** de **41 400 milhões**.
- Em finais de 2001, os **empréstimos concedidos** a cargo de recursos próprios e as garantias **em curso** cifravam-se em 221 700 milhões. Os **empréstimos contraídos em curso** ascendiam a 176 000 milhões e o total do balanço cifrava-se em 209 400 milhões.
- Os **fundos captados**, após *swap*, cifram-se em **32 200 milhões**, tendo sido obtidos por meio de 148 operações, efectuadas em 13 moedas. 67% da actividade nos mercados, após *swap*, foi realizada em EUR, contra 21% em GBP e 8% em USD.
- Paralelamente, o **FEI** ⁽¹⁾ desenvolveu notavelmente as operações em favor das PME, investindo mais de 800 milhões de capital de risco e prestando garantias no valor de 960 milhões.

Desembolsos, contratos assinados e projectos aprovados pelo BEI (1997 - 2001)



(1) O leitor poderá complementar este relatório das actividades do Grupo BEI com a brochura do FEI, disponível no site internet: www.eif.org

No CD-Rom incluído na presente brochura, apresenta-se o conjunto das estatísticas das actividades relativas aos exercícios de 2001 e ao período de 1997 a 2001, assim como a lista dos projectos financiados durante o ano pelo Grupo BEI. Estes dados também são apresentados no capítulo «Publicações» do site internet do BEI: www.bei.org



Plano de Actividades 2002 - 2004

O Plano de Actividades foi elaborado pela primeira vez por iniciativa do Conselho de Governadores de Junho de 1998; trata-se de um instrumento estratégico, aprovado pelo Conselho de Administração, que permite definir uma política a médio prazo e fixar as prioridades operacionais relativamente aos objectivos confiados ao Banco pelos seus Governadores, para garantir a consecução das missões que lhe foram cometidas nos termos do artigo 267º do Tratado que instituiu a Comunidade Europeia. É também um instrumento de apreciação *ex-post* das actividades do BEI. Cobre um período de três anos, mas as perspectivas estratégicas podem ser entretanto modificadas, em função de eventuais novos mandatos e da evolução do contexto económico. O Plano de Actividades adoptado em Dezembro de 2001 abrange o período de 2002 a 2004.

Os financiamentos são orientados segundo cinco prioridades operacionais:

1. O **desenvolvimento regional** e a coesão económica e social na União: são a grande prioridade do Banco, cujo objectivo é continuar a canalizar pelo menos 70% dos empréstimos individuais e 50% dos empréstimos globais para as regiões assistidas da União. Para atingir estas metas, o BEI colabora estreitamente com a Comissão, a fim de otimizar a eficácia complementar dos instrumentos financeiros e orçamentais das duas instituições. Entretanto, o Banco continua a aperfeiçoar a sua abordagem no domínio do desenvolvimento regional, estando a ultimar uma série de indicadores do desempenho dos projectos (ver caixa página 13).
2. A implementação da «**Iniciativa Inovação 2000**», que promove a emergência na Europa de uma economia baseada no conhecimento e na informação. Neste contexto, o Banco visa essencialmente promover as redes de tecnologias da informação e da comunicação, a investigação e o desenvolvimento, o desenvolvimento das PME e a difusão da informação, incluindo a vertente audiovisual. Em 2001, o Banco reforçou a colaboração com a Comissão nos domínios da investigação e da promoção dos objectivos da União Europeia no sector audiovisual.
3. A estratégia dos financiamentos em favor da protecção do **ambiente** e da melhoria da qualidade de vida foi reformulada, tendo sido criada uma nova estrutura ambiental no seio do Banco (ver caixa página 17). Para informar melhor o público acerca do apoio conferido a este objectivo crucial, o Banco publicou no seu *site* internet a sua nova declaração ambiental e notas breves sobre as alterações climáticas e o desenvolvimento duradouro. Também neste domínio, a colaboração com a Comissão e com outras instituições financeiras é crucial.
4. A preparação dos **países candidatos** para a adesão continua a mobilizar todas as atenções do Banco, que restringiu o crescimento dos financiamentos na União, para poder dispor de uma maior margem de manobra nestes países, e reexaminou a estratégia de financiamento (ver caixa página 20). Por seu turno, o BEI alargou as operações de capital de risco aos países em fase de pré-adesão, os quais passarão a beneficiar de 10% da sua capacidade de investimento.



5. O Banco apoia a política comunitária de ajuda ao desenvolvimento e de cooperação com os **países parceiros**:

- nos países da *Bacia Mediterrânica*, a principal prioridade é o financiamento de projectos que se coadunem com o objectivo de Parceria Euromediterrânica, lançada em Barcelona em Novembro de 1995. Para o efeito, o BEI articula a sua política de financiamento segundo três vertentes: desenvolvimento do sector privado e reforço do sector financeiro local; criação de infra-estruturas de base, especialmente no domínio da protecção do ambiente; e apoio a projectos de dimensão regional fruto da cooperação entre os países interessados;
- nos *Balcãs*, o BEI implementou o programa prioritário de reconstrução (*Quick Start Package*) tendo-lhe sido confiado um papel crucial na implementação de um segundo programa de recuperação económica, que dá prioridade ao financiamento de projectos transfronteiriços de interesse regional nos domínios dos transportes e da energia;
- o financiamento de projectos de interesse mútuo continuará a ser a prioridade nos países da *América Latina e da Ásia*, nos quais será prosseguida e alargada a cooperação com instituições de financiamento multilaterais e bilaterais;
- nos países *ACP*, na linha dos objectivos gerais do Acordo de Cotonou, a primeira prioridade será o apoio ao sector privado. O Banco também financiará, selectivamente, projectos nos sectores da educação e da saúde.

A completar as suas principais prioridades, o Plano de Actividades também indica que o Grupo BEI continuará a centrar-se no financiamento de **PME**, por meio de empréstimos globais e de operações de capital de risco, estando em curso um estudo sobre novos produtos. Será mantido o apoio às **RTE** (redes transeuropeias) de transportes e de energia, com um reforço dos financiamentos de tipo PPP, tanto em termos geográficos, como sectoriais, e o objectivo **capital humano** será progressivamente alargado a países no exterior da União.

Actividades do Grupo BEI em 2001





Contribuir para o desenvolvimento equilibrado da União

A promoção da coesão económica e social da União foi a principal missão cometida ao BEI pelo Tratado de Roma, mais tarde reiterada pelo Tratado de Amesterdão (Junho de 1997), sendo o mais importante dos objectivos prioritários do Plano de Actividades. Para avaliar mais precisamente o impacte da acção do BEI neste domínio, os serviços do Banco estabeleceram indicadores que permitem apreciar o desempenho dos projectos financiados.

O Banco mantém uma colaboração estreita com a Comissão, complementando as subvenções orçamentais de forma a otimizar a eficácia dos meios de intervenção das duas instituições. Além disso, actua como «catalisador» das restantes fontes de financiamento, nomeadamente bancárias.

Demonstrando uma capacidade de orientar selectivamente os investimentos para os sectores ou regiões mais carenciados, o Banco tem reforçado constantemente nos últimos anos o volume de financiamentos em favor do desenvolvimento regional, conquanto globalmente, se tenha em vista um crescimento moderado das actividades na União. Assim sendo, enquanto o crescimento anual médio desde 1994 (ano que marcou o arranque da segunda fase de programação das acções estruturais comunitárias) tem sido de 5%, nas regiões abrangidas pelo objectivo N°1, o crescimento desde 2000 cifrou-se em + 19%.

70% dos empréstimos individuais na União para o desenvolvimento regional

Em 2001, o BEI concedeu empréstimos individuais no valor de **14 500 milhões** (que representaram 70% do total de empréstimos individuais na União) para projectos que contribuíam para o desenvolvimento das regiões menos favorecidas ou confrontadas com problemas estruturais (regiões abrangidas pelos objectivos N°1 e 2).

56% das verbas para as regiões abrangidas pelo Objectivo N°1

As regiões abrangidas pelo Objectivo N°1, assim como as regiões em fase de transição, beneficiaram de empréstimos individuais no valor de 8 200 milhões. 1 800 milhões foram canalizados para os *Länder* orientais da Alemanha, 5 100 milhões para os países ditos da Coesão (Espanha, Portugal, Irlanda e Grécia) e 866 milhões para o Mezzogiorno italiano.

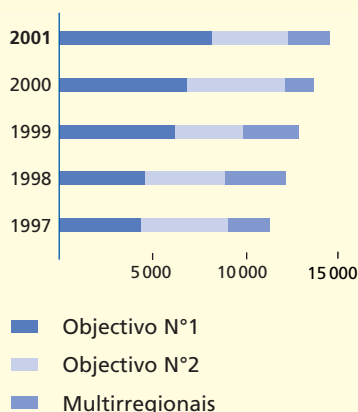
Os financiamentos nestas regiões registaram um aumento nítido em relação a 2000 (+ 19%), que se deveu principalmente à aceleração, pelo terceiro ano consecutivo, das operações nos *Länder* orientais da Alemanha. Os empréstimos na Grécia mantiveram o nível elevado atingido em 2000 e em Portugal, verificou-se um acréscimo de 25%.

O Banco financiou pela primeira vez, na região da Basilicata, na Itália, um programa completo de investimento definido pelo Quadro Comunitário de Apoio (2000 - 2006), que constitui uma expressão concreta do acordo BEI-CE.

40% em favor dos transportes - 16% para o capital humano

O sector dos transportes foi o principal sector apoiado nas regiões abrangidas pelo Objectivo N°1, tendo recebido 40% dos financiamentos, uma percentagem nitidamente superior à do conjunto da União (25%). Estes financiamentos permitem atenuar os efeitos do afastamento geográfico.

Desenvolvimento regional Empréstimos individuais 1997 - 2001: 65 000 milhões





Desenvolvimento regional Distribuição sectorial dos empréstimos individuais (2001)

(milhões de euros)		
	Total	
	montante	%
Energia	2 770	19
Comunicações	6 194	43
Gestão da água e diversos	134	1
Obras urbanas	445	3
Indústria e agricultura	2 365	16
Educação e saúde	1 957	13
Outros serviços	677	5
Total empréstimos individuais	14 542	100

Dois terços das verbas destinaram-se à modernização de infra-estruturas, mas 17% foram canalizadas para os sectores da indústria e dos serviços, criadores de riqueza e de empregos, e 16% para a educação e a saúde, valor que representa o dobro da média comunitária. Estes números ilustram bem a vontade do Banco de desenvolver nestas zonas desfavorecidas serviços de educação e de saúde de nível comparável ao das regiões mais desenvolvidas, e de promover o acesso das populações às técnicas pedagógicas e aos cuidados de saúde mais avançados.

Impacte dos empréstimos globais

O BEI apoia as PME, as pequenas infra-estruturas de interesse local e os investimentos de pequena dimensão no domínio do ambiente por meio de linhas de crédito abertas a bancos ou instituições financeiras. Embora os empréstimos globais tenham um carácter multi-objectivo, contribuem de uma forma significativa para o objectivo de desenvolvimento regional. Em 2001, as afectações no âmbito de empréstimos globais nas regiões desfavorecidas da União ascenderam a cerca de 5 300 milhões, destinando-se mais de metade das verbas a regiões abrangidas pelo Objectivo N°1.

Integração dos países candidatos

Pretendendo contribuir para que as disparidades regionais sejam desde já atenuadas,

o BEI integrou os países candidatos na sua acção em favor das regiões assistidas. Em 2001, os empréstimos individuais nestes países ascenderam a 2 100 milhões, destinando-se 48% das verbas à Polónia, 16% à Hungria, 13% à República Checa e 9% à Eslovénia.

Os principais sectores financiados foram os transportes (51%), as telecomunicações (20%) e as infra-estruturas ambientais (25%), tendo pela primeira vez sido concedidas verbas para a educação e a saúde (75 milhões).

Foram ainda concedidos empréstimos globais no valor aproximado de 600 milhões para o financiamento de PME e de pequenas infra-estruturas locais.

Contributo da actividade de capital de risco

A actividade de capital de risco do FEI articula-se segundo o princípio de que é necessário promover um mercado de capital de risco equilibrado no seio da União. Nos países do sul (Grécia, Portugal e Espanha), assim como nos países candidatos, a intervenção do FEI contribuiu de uma forma significativa para desenvolver os respectivos mercados. Além disso, o FEI desempenha um papel catalisador no sul da União, atraindo outros investidores. Por outro lado, uma parte das garantias prestadas pelo FEI a cargo de recursos próprios destinaram-se a fundos regionais situados em regiões abrangidas pelo Objectivo N°1 no Reino Unido e nos novos *Länder* da Alemanha.



Medir o desempenho dos projectos abrangidos pelo objectivo de desenvolvimento regional

Para poder avaliar a forma como cumpre as missões que lhe são cometidas, o Banco procedeu a um estudo com vista a desenvolver indicadores pertinentes do desempenho dos projectos que financia em relação aos objectivos visados, e antes do mais, o contributo desses projectos para o desenvolvimento regional. Este estudo baseou-se no que constitui os «três pilares» do valor acrescentado do Banco.

- **Qualidade intrínseca do projecto:** validade do projecto do ponto de vista económico, técnico e ambiental.
- **Contributo para os objectivos do Banco:** adequação do projecto às orientações das intervenções estruturais comunitárias e aos planos nacionais de desenvolvimento, e sinergia com as subvenções comunitárias.
- **Valor acrescentado financeiro** do recurso ao financiamento do Banco para os intervenientes: subsidiariedade, efeito catalisador e engenharia financeira.

Dado que a medição do desempenho dos projectos é um processo contínuo, desde a fase de preparação, até à realização efectiva e à exploração, a metodologia proposta é aplicada durante todo o ciclo do projecto.

O primeiro aspecto a ser medido foi a actividade em favor do desenvolvimento regional em 2000. Os empréstimos individuais neste domínio cifraram-se em 13 700 milhões, tendo mais de metade das verbas sido canalizadas para as regiões abrangidas pelo Objectivo N°1. As infra-estruturas beneficiaram de mais de três quartos das verbas e os transportes, de mais de um terço.

- **Qualidade:** metade das operações apresentaram taxas de rentabilidade económica superiores a 10% e três quartos das infra-estruturas de base essenciais ao desenvolvimento apresentaram taxas superiores a 6%, o que corresponde aos valores normais para este tipo de projectos.
- **Contributo para os objectivos:** observa-se uma estreita complementaridade entre as opções de investimento do Banco nestas regiões e a realização dos objectivos definidos à escala da União: três quartos dos financiamentos em favor de redes comunitárias de comunicação, 63% dos empréstimos para projectos com impacte na protecção do ambiente e 87% das verbas para o capital humano destinaram-se a regiões desfavorecidas. E ainda, praticamente todos os financiamentos aprovados no âmbito da «Iniciativa Inovação 2000» destinaram-se a regiões desfavorecidas. Um quarto das operações foram cofinanciadas com fundos orçamentais comunitários, tendo-se verificado a combinação de um volume de empréstimos de 4 500 milhões (30% das verbas) com subvenções estruturais no valor de 2 300 milhões.
- **Valor acrescentado:** as principais vantagens apontadas pelos promotores em relação aos financiamentos do Banco são as condições propostas em termos de duração e de taxas de juro, que permitem que o cliente limite o peso global da dívida, ou, dada a redução do custo dos seus financiamentos, diminua a tarifação para os utentes ou para as autarquias locais. Para além disso, o respeito do princípio de subsidiariedade foi ilustrado pelo facto de, em metade das operações, a intervenção do Banco representar menos de 50% dos financiamentos bancários externos. Esta percentagem foi ultrapassada em projectos de infra-estruturas públicas ou situados em zonas abrangidas pelo Objectivo N°1, nos quais a banca comercial obviamente se implica menos.

Embora as análises das operações em 2000 ainda sejam sumárias e as metodologias devam ser aperfeiçoadas, dão uma indicação positiva da forma como o Banco cumpre as missões que lhe foram cometidas.



A «Iniciativa Inovação 2000»

A «Iniciativa Inovação 2000» («i2i») foi instaurada pelo Grupo BEI na sequência das conclusões do Conselho Europeu de Lisboa (Março de 2000), para promover o desenvolvimento de uma economia europeia baseada no conhecimento e na inovação. Em 2001, a «i2i» registou um surto significativo, com um volume de financiamentos aprovados superior a 10 300 milhões (9 100 milhões do BEI e 1 200 milhões do FEI) em todos os Estados-membros e em sete países candidatos. Em finais de 2001, o total de empréstimos assinados ascendia a 7 200 milhões (dos quais mais de 5 000 milhões em 2001), e o volume das tomadas de participação do FEI cifrava-se em mais de 2 000 milhões (dos quais 800 milhões só no ano de 2001). Deste modo, o Grupo BEI já avançou muito em relação aos objectivos fixados pelo Conselho Europeu de Lisboa em Março de 2000, que apontavam para um investimento de 12 000 a 15 000 milhões no âmbito da «i2i», até finais de 2003.

A «i2i» articula-se em torno de cinco vertentes que conduzem à modernização tecnológica e à capacidade de adaptação do capital humano à economia europeia do futuro.

Investigação e desenvolvimento

Em 2001, o BEI concedeu 1 700 milhões para o financiamento de 12 projectos de investigação e desenvolvimento em 10 países da União e na Hungria, nos domínios químico-farmacológico, metalúrgico, de componentes electrónicos e das telecomunicações; destes projectos, destacam-se dois de dimensão pan-europeia, de pesquisa sobre a implantação e a cogestão das redes de telecomunicações da 3ª geração.

Diversos fundos apoiados pelo FEI também contribuem para o financiamento da investigação, nomeadamente, o «Heidelberg Innovation» na Alemanha, o «BIOAM» na França e o «SYMBION» na Dinamarca.

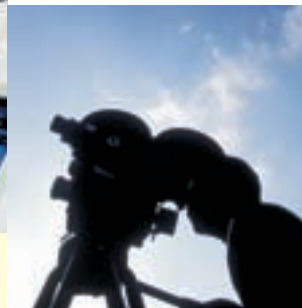
Desenvolvimento das PME e do espírito empresarial

Durante o exercício, o FEI comprometeu mais de 800 milhões, que representaram cerca de um quarto do mercado europeu de capital de arranque, em 57 fundos de capital de risco com actividades em todos os Estados-membros e em cinco países candidatos, catalisando investimentos que rondaram os 3 000 milhões. De sublinhar tam-

bém as tomadas de participação em 11 fundos de capital de risco pan-europeus, que promovem a emergência de operadores com dimensões comparáveis às dos operadores dos Estados- Unidos.

Tecnologias da informação e da comunicação (TIC)

Sendo vectores essenciais da difusão da inovação e do intercâmbio de dados entre as empresas, as redes tecnológicas da informação e da comunicação beneficiaram em 2001 de empréstimos do BEI no valor de 1 800 milhões, que se destinaram a projectos em Espanha, Portugal, Itália, Reino Unido, Suécia, Finlândia e nos países candidatos. De destacar o financiamento do projecto pan-europeu «Télia» relativo à extensão da rede de banda larga aos países candidatos da Europa Central (Países Bálticos, Polónia, República Checa, Eslováquia e Hungria), a partir da Escandinávia, da Alemanha e da Áustria.



Enriquecimento do capital humano

Em 2001, o BEI concedeu 1 400 milhões para financiar 11 projectos no sector da educação, que consistiam na modernização e informatização de escolas, liceus e universidades, nos *Länder* orientais da Alemanha, na Áustria, na Dinamarca, na Grécia e no Reino Unido, assim como na Polónia.

Todos estes projectos situam-se em zonas de desenvolvimento regional, promovendo o acesso das respectivas populações a sistemas educativos de ponta.

Foram ainda canalizados 700 milhões para o sector da saúde.

«i2i - Audiovisual»

A «i2i-Audiovisual», lançada pelo Grupo BEI em Dezembro de 2000, propõe-se apoiar a criação audiovisual europeia e a adaptação da indústria às tecnologias de comunicação.

Em 2001, o BEI contribuiu com 147 milhões para um novo centro de televisão (produção, digitalização e difusão) na Dinamarca, financiando também dois intermediários financeiros

especializados no financiamento da produção cinematográfica, que operam a nível pan-europeu a partir da França. Com estes financiamentos, os empréstimos assinados pelo BEI no domínio audiovisual ascenderam a 219 milhões.

Por seu turno, o FEI comprometeu cerca de 89 milhões em 7 fundos de capital de risco na Alemanha, Finlândia, Espanha, e Dinamarca, essencialmente especializados no reforço dos capitais próprios das PME do sector audiovisual, em particular, as do segmento da produção.

Colaborar para dinamizar a investigação e o desenvolvimento

O Banco Europeu de Investimento, representado pelo seu Presidente **Philippe Maystadt** e a Comissão Europeia, representada pelo Comissário para a Investigação **Philippe Busquin**, assinaram em Junho de 2001 um acordo que reforça a colaboração entre as duas instituições, tendo em vista dinamizar o investimento na investigação e na inovação tecnológica na Europa, através de financiamentos complementares.

O principal objectivo desta acção consiste em otimizar o impacto, tanto dos financiamentos da União, como dos empréstimos do BEI e do capital de risco do FEI directamente destinados a infra-estruturas, actividades de investigação ou empresas inovadoras. Este objectivo será atingido se se melhorar a coordenação dos financiamentos das duas instituições e se estabelecer sinergias entre o programa-quadro de investigação da União e a «Iniciativa Inovação 2000» do BEI.

Esta colaboração activa entre a Comissão Europeia e o Grupo BEI arrancará em três domínios específicos:

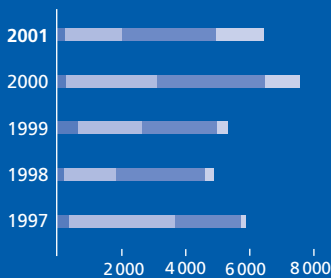
- incentivo à realização de projectos de investigação e desenvolvimento tecnológico e exploração do respectivo resultado;
- apoio a infra-estruturas de investigação e criação de «centros de excelência» que reúnam universidades, empresas e laboratórios de investigação e desenvolvimento;
- financiamento de empresas de alta tecnologia e de «incubadoras» com capital de risco.



Proteger o ambiente e melhorar a qualidade de vida

Ambiente e qualidade de vida 1997 - 2001

Empréstimos individuais:
29 000 milhões



■ Ambiente natural
■ Ambiente e saúde
■ Ambiente urbano
■ Ambiente à escala regional e mundial

Ambiente e qualidade de vida (2001)

(milhões de euros)

	Total
Ambiente natural	238
Ambiente e saúde	1 792
Ambiente urbano	2 917
Ambiente à escala regional e mundial	1 503
Total empréstimos individuais	5 937*

* Dado que certos projectos podem corresponder a mais de um objectivo, as diferentes rubricas não são cumuláveis

A protecção do ambiente e a melhoria da qualidade de vida, assim como o apoio à política da União no que toca às alterações climáticas, figuram entre as prioridades do BEI. A acção do Banco neste domínio foi formalizada pela primeira vez com a Declaração em favor da protecção do ambiente formulada pelo Conselho de Governadores em 1984. O Banco financia projectos destinados especificamente à protecção do ambiente, mas também inclui parâmetros ambientais na apreciação de todos os projectos que lhe são apresentados.

O BEI apoia a política da União no que se refere às alterações climáticas, nomeadamente financiando projectos que promovam uma utilização racional da energia - por exemplo, a produção combinada de calor e electricidade, a eficácia industrial, os transportes públicos -, ou o recurso a energias renováveis.

O Banco propôs-se o objectivo de conceder entre um quarto e um terço dos empréstimos individuais na União Europeia em favor de projectos de protecção e melhoria do ambiente, devendo aplicar o mesmo princípio nos países candidatos.

Na União Europeia, o BEI concedeu empréstimos individuais no valor de 5 900 milhões em favor do ambiente, o que representa 29% do total destes empréstimos.

- O principal domínio financiado foi o ambiente urbano, com 3 400 milhões, que se destinaram: a redes de transportes públicos urbanos em diversas cidades; à renovação urbana, incluindo projectos de habitação social na Finlândia, na Suécia e no Reino Unido, e a obras de renovação do património e outras obras em Veneza.
- Foram ainda concedidos empréstimos para a adução de água potável e o tratamento de águas residuais, o tratamento de resíduos sólidos e tóxicos, a melhoria da qualidade do ar, as economias de energia e a substituição de certas energias por outras.
- No âmbito de empréstimos globais, foram concedidos cerca de 2 000 milhões para pequenas infra-estruturas de iniciativa local, que em muitos casos têm um impacto determinante na qualidade do ambiente das nossas regiões.
- No âmbito do Programa de «Crescimento e Ambiente», o FEI prestou garantias no valor de 86 milhões a instituições financeiras de 8 países da União. Ao abrigo deste programa-piloto instaurado por iniciativa do Parlamento Europeu, o FEI assegura a cobertura parcial, por sua conta e risco, de carteiras de investimento geridas por PME no sector do ambiente. A dotação do orçamento comunitário (25 milhões) abrange o custo dos prémios de seguro pagos pelas PME. Globalmente, o Programa facilitou os investimentos neste domínio de mais de 4 750 pequenas empresas.



Nos países candidatos à adesão, os empréstimos em favor da protecção do ambiente ascenderem a 484 milhões, que representam 20% do total dos empréstimos individuais.

Foram financiadas obras de reconstrução, depois das inundações verificadas na Polónia e na Hungria, bem como projectos de tratamento de águas residuais na Polónia, em Praga e em várias cidades húngaras e eslovenas.

Os financiamentos nestes países ajudaram-nos a adoptar os padrões ambientais da União. Alguns projectos foram cofinanciados pela Comissão Europeia, recebendo subvenções comunitárias.

Nos países da Parceria Euromediterrânica, foram concedidos 580 milhões, que se destinaram essencialmente a projectos hídricos e de saneamento em Marrocos, na Argélia, na Turquia e na Tunísia. Os empréstimos do BEI para

projectos ambientais podem beneficiar de uma bonificação de juros de 3% financiada com recursos orçamentais da União. Em 2001, foram concedidas bonificações para um volume de empréstimos de 60 milhões.

Nova estrutura no BEI para o ambiente

Após um período de estudo e de consultas, o BEI implementou uma série de novas disposições que visam reforçar a avaliação da vertente ambiental dos projectos apresentados para financiamento, e que têm em conta a prioridade dada aos objectivos ambientais, assim como a diversidade e a complexidade das questões ligadas à protecção e melhoria do ambiente.

Apoiando-se na experiência de instituições financeiras comparáveis e no seu próprio *know-how*, com o qual o Banco tem obtido bons resultados no domínio do ambiente, o Comité Executivo aprovou as seguintes três grandes medidas:

- criação de um «Comité de pilotagem de alto nível» para as questões ambientais (ENVSC), que reúne representantes de diversas direcções, e cuja tarefa consiste em dar orientações aos órgãos de decisão do Banco na emergência de novas questões fundamentais de política neste domínio;
- reforço das competências da Direcção «Projectos» do Banco em matéria de avaliação ambiental, por meio do desenvolvimento contínuo das metodologias e do reforço do *know-how*, que passa pela criação de um grupo especializado que reforçará a avaliação das questões ambientais relativas aos projectos (ENVAG);
- criação de uma Unidade «Ambiente» (ENVU), igualmente na Direcção «Projectos», que servirá de referência para a elaboração e a difusão das políticas e dos procedimentos do Banco em matéria de ambiente, e que terá a seu cargo o reforço das relações - já existentes ou novas - com o exterior no domínio do ambiente.

Estas novas disposições reforçarão o apoio do BEI à promoção da política ambiental da União e ao desenvolvimento duradouro, permitirão assegurar a melhor relação custo-benefício ambiental do conjunto das actividades financiadas, e reforçarão o valor acrescentado da acção do Banco em matéria de ambiente.



Preparar os países candidatos para a adesão

Desde 1990, o Banco já concedeu 16 800 milhões nos países candidatos à adesão: 16 200 milhões nos países da Europa Central e 567 milhões em Chipre e Malta ⁽¹⁾. De 1996 à 2000, o montante anual cifrou-se em 2 100 milhões. Em 2001, o BEI continuou a canalizar um grande volume de empréstimos para projectos que promovem a adaptação dos doze países candidatos às políticas e às normas em vigor na União, concedendo globalmente 2 700 milhões.

As intervenções do Banco inscrevem-se no quadro:

- do mandato de financiamento, que beneficia da garantia específica a cargo do orçamento comunitário, nos termos do qual o BEI pode conceder um montante máximo de 8 680 milhões durante o período de 2000 - 2006;
- da sua linha de crédito trienal de pré-adesão, no valor de 8 500 milhões (2000 - 2003), instaurada por sua iniciativa e por sua conta e risco, e que não beneficia de garantia comunitária.

O Banco aplica a sua política usual em matéria de risco de crédito nos financiamentos nos países candidatos.

Países candidatos à adesão 1997 - 2001: 12 000 milhões

2001	2 659
2000	2 948
1999	2 373
1998	2 375
1997	1 544

Países candidatos à adesão Financiamentos em 2001

	(milhões de euros)
Polónia	1 144
Hungria	483
República Checa	390
Eslovénia	223
Bulgária	130
República Eslovaca	79
Lituânia	55
Roménia	40
Estónia	35
Letónia	5
Europa Central	2 584
Chipre	50
Malta	25
Mediterrâneo	75
Países candidatos *	2 659

* incluindo a linha de crédito de pré-adesão: 2 285 milhões

Melhoria do ambiente

A adesão à União implica que os Estados candidatos passem a cumprir as normas comunitárias em matéria de ambiente.

Para os ajudar nesse sentido, o Banco concedeu em 2001 484 milhões para o tratamento de resíduos municipais e de águas residuais na Hungria, e para redes de distribuição de água e de esgotos na Polónia (Szczecin e Lodz), na República Checa (Praga) e na Eslovénia.

Na Hungria e na Polónia, o BEI financiou projectos de reconstrução e de prevenção de inundações, que visam assegurar uma melhor protecção.

Saúde e educação

Foram concedidos os primeiros empréstimos, no valor de 75 milhões, para a modernização de infra-estruturas de saúde e educação em Lodz, na Polónia, e para o equipamento do novo hospital de Nicósia, em Chipre.

Ajuda eficaz às PME

No sector industrial, os empréstimos do BEI foram concedidos sob a forma de linhas de crédito abertas a bancos parceiros, que afectam as verbas a PME. Com efeito, as pequenas e médias empresas são um grande vector de desenvolvimento de um sector privado dinâmico e criador de empregos nos países candidatos.

(1) Em 2001, a Turquia passou a integrar a lista dos países beneficiários do instrumento de pré-adesão do Banco. No entanto, os empréstimos assinados durante o ano (370 milhões) inscreveram-se no quadro da Parceria Euromediterrânica e do instrumento TERRA. Sendo assim, por razões de continuidade de apresentação, as operações neste país são apresentadas no capítulo dos países parceiros.



Além disso, o FEI adquiriu participações em cinco fundos de capital de risco plurinacionais, que asseguram a cobertura de todos os países candidatos da Europa Central até ao montante de 65 milhões: o Baltic Investment Fund, o Baltic SME Fund, o Baring Central Europe Fund, o Raiffeisen Central and Eastern Europe Equity Fund e o Innova/3 L.P. O FEI desempenha um papel cada vez mais importante na emergência de sociedades de capital de desenvolvimento que intervêm na região.

Apoio permanente das redes de transportes e de telecomunicações

Em 2001, 40% dos financiamentos do BEI nos países candidatos destinaram-se à redução das grandes carências destes países no sector dos **transportes**, nomeadamente: reforço da capacidade e reabilitação de redes ferroviárias, renovação de troços de estradas regionais, e construção de auto-estradas e de uma ponte sobre o Danúbio.

A existência de estruturas modernas de **telecomunicações** é um requisito prévio do exercício de actividades económicas, do mesmo modo que o estabelecimento de meios de comunicação eficazes é indispensável para atrair o investimento estrangeiro. Neste contexto, o Banco concedeu 423 milhões para ligações fixas e móveis em 7 países da região.

Empréstimos do BEI (assinados) para os eixos de transporte prioritários nos países candidatos da Europa Central

- Eixos prioritários
- Caminho-de-ferro
- Estrada
- ▼ Porto
- Gestão do tráfego aéreo
- ✈ Aeroporto





O futuro da política de financiamento nos países candidatos

Nos próximos anos, a acção do BEI nos países candidatos à adesão à União continuará a ser reforçada e diversificada, preparando um alargamento com êxito e ilustrando a vontade do Banco de contribuir para a realização das políticas da União. Tal como sublinhado no Plano de Actividades, os empréstimos nos países candidatos contribuem para o desenvolvimento regional, numa perspectiva comunitária alargada. Na realidade, somando as verbas correspondentes aos financiamentos nos países candidatos com as dos empréstimos nas zonas desfavorecidas, verifica-se que os empréstimos individuais em favor da coesão económica representaram 73% do total. Estes financiamentos são realizados em estreita colaboração com a Comissão.

- No domínio dos **transportes**, será privilegiada a distribuição equilibrada dos meios de financiamento entre os transportes ferroviários e rodoviários, bem como a melhoria dos transportes aéreos para passageiros e carga.
- Será cada vez mais necessário investir no **ambiente**, à medida que estes países se forem adaptando às normas previstas nas directivas da União em matéria de ambiente. Será dada uma atenção particular ao tratamento de águas residuais e de resíduos sólidos, aos transportes municipais, ao ambiente urbano e à substituição e modernização de instalações industriais.
- Para estimular o espírito empresarial e apoiar o importante sector das **PME**, o Banco reforçou a colaboração com a banca através dos seus empréstimos globais. O FEI também iniciou actividades no domínio do capital de risco e prevê intensificar a sua acção.
- Será apoiada uma vasta gama de operações no sector **industrial**, o que abrirá caminho à reestruturação de empresas e à implantação de investidores estrangeiros. Isto favorecerá a criação de empregos e aumentará o valor acrescentado dos postos de trabalho já existentes na região.
- No que toca à **energia**, a acção do Banco incidirá nas redes de distribuição e na substituição de instalações obsoletas, assim como na racionalização da utilização da energia e na segurança do abastecimento.
- será dada uma atenção especial à **educação** e à **saúde**, na medida em que as competências e instalações actuais não se adequam às necessidades de uma economia moderna.
- O Banco prosseguirá o apoio às redes de **telecomunicações** que utilizam tecnologias da informação e da comunicação, promovendo a implantação de uma economia baseada no conhecimento.

Os financiamentos em todos estes sectores beneficiarão do apoio da «Iniciativa Inovação 2000», que foi alargada aos países candidatos, a pedido do Conselho Europeu de Estocolmo (Março de 2001).



Cooperar com os países parceiros

O Banco apoia as políticas comunitárias de ajuda ao desenvolvimento e participa activamente nas políticas de cooperação conduzidas pela União em cerca de 150 países terceiros. A sua acção rege-se pelos mandatos⁽¹⁾ de financiamento que lhe foram confiados pela União. Estes financiamentos beneficiam de uma garantia externa, e também do instrumento financeiro adicional de parceria euromediterrânica instituído pelo BEI, na sequência do Conselho Europeu de Nice (Dezembro de 2000), o qual prevê um pacote de financiamentos no valor de mil milhões, a conceder até Janeiro de 2007, destinado a grandes projectos transregionais nos domínios dos transportes, da energia e do ambiente.

Parceria Euromediterrânica

Em 2001, o BEI contribuiu com **1 400 milhões**, um volume de financiamentos sem precedentes, para os objectivos da Parceria Euromediterrânica, com vista a criar uma zona de estabilidade e de prosperidade económica.

Foi dada uma atenção particular às infra-estruturas - gestão da água, transportes e obras urbanas, e energia - que receberam 1 100 milhões. As restantes verbas foram canalizadas para o desenvolvimento das PME do sector privado, através de empréstimos globais.

De assinalar o empréstimo concedido no âmbito do instrumento TERRA, para a reconstrução de instalações industriais nas regiões da Turquia afectadas pelo terramoto de 1999.

O volume de empréstimos e a diversidade dos sectores financiados e dos instrumentos empregues em 2001 comprovam que o BEI, maior fonte bancária de financiamento para a promoção do desenvolvimento duradouro da região, é um dos principais actores do desenvolvimento económico dos países parceiros mediterrânicos.

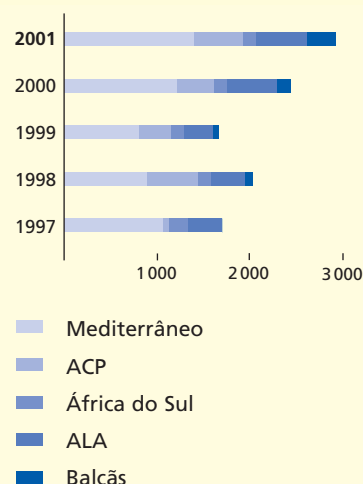
O BEI tem participado activamente, juntamente com a Comissão, nas reflexões que estão a ser conduzidas sob os auspícios da Presidência espanhola, com vista a revitalizar a Parceria Euro-mediterrânica, lançada em Barcelona em 1995.

Países mediterrânicos Financiamentos em 2001

	(milhões de euros)	
	Total	dos quais capital de risco
Turquia	370	
Tunísia	225	
Argélia	225	
Egipto	180	
Marrocos	280	
Síria	115	
Regional	6	6
Mediterrâneo	1 401	6

Países parceiros

1997 - 2001: 11 000 milhões



(1) Ver quadro G «Convenções, protocolos financeiros e decisões em vigor ou em negociação a 28 de Janeiro de 2002» no Relatório Estatístico constante do CD-Rom incluído na brochura. Estes dados também podem ser consultados no site Internet do BEI: www.bei.org



Balcãs:
Financiamentos em 2001
(milhões de euros)

	Total
Croácia	146
República Federal da Jugoslávia	66
Albânia	47
Bósnia-Herzegovina	40
ARJM	20
Balcãs	319

ACP-PTU
Financiamentos em 2001
(milhões de euros)

	dos quais Total	capital de risco
Africa	436	278
Central e Equatorial	144	56
Austral e Oceano Índico	139	69
Oriental	85	85
Ocidental	66	66
Regional Africa	2	2
Caraíbas	73	43
Conjunto dos países		
ACP	8	8
PTU	3	3
ACP-PTU	520	332

Balcãs

Desde que iniciou as actividades nos Balcãs, no enquadramento do Pacto de Estabilidade, o BEI tem apoiado sobretudo o sector dos transportes; em 2001, diversificou a sua acção na região, para dar maior apoio ao sector privado. Esta evolução é explicada pelo esboçar de um clima de estabilização e de desenvolvimento económico na região, mas o financiamento de infra-estruturas será prosseguido, na medida em que o BEI tem um importante papel a desempenhar na implementação do segundo pacote de reconstrução urgente, que representa um investimento total de 2 400 milhões.

Em 2001, o BEI aumentou sensivelmente os financiamentos, que ascenderam a **319 milhões**: 79% destinaram-se a infra-estruturas, nomeadamente, no sector energético, e 21% ao sector privado, na forma de empréstimos globais concedidos na Croácia e na ARJM.

O Banco concedeu este ano o primeiro empréstimo na República Federal da Jugoslávia.

África, Caraíbas, Pacífico e PTU

O BEI apoia o desenvolvimento dos Estados ACP/PTU no enquadramento das políticas de desenvolvimento da União Europeia. A nova Convenção de Cotonou representará, uma vez em vigor, o maior pacote financeiro até aqui previsto, ou seja, 1 700 milhões a cargo de recursos próprios do Banco e 2 200 milhões, a afectar nos próximos cinco anos, no quadro da nova Facilidade de Investimento, cuja gestão foi confiada ao BEI pela Convenção de Cotonou. O Banco está a preparar activamente a implementação desta nova facilidade, que utilizará diversos instrumentos de partilha de riscos.

Em 2001, o Banco interveio em 21 países e contribuiu para a realização de cinco projectos regionais, tendo concedido um volume global de **520 milhões**, incluindo 332 milhões de capital de risco.

Entre os maiores projectos, destaca-se o do oleoduto entre o Chade e os Camarões, que faz parte de um projecto integrado mais vasto de valorização dos recursos petrolíferos da região, cujo impacto no PIB dos países interessados é determinante.

África do Sul

Neste país, foram concedidos **150 milhões** que se destinaram a pequenas infra-estruturas e a PME, assim como à estrada N4 com portagem, uma ligação crucial da rede de acesso à periferia de Pretória.

Países da América Latina e da Ásia

Do volume total concedido em 2001 (**543 milhões**), 365 milhões destinaram-se à América Latina e 178 milhões à Ásia.

A grande prioridade continua a ser o reforço da presença internacional dos sectores empresarial e bancário, através do apoio a filiais e empresas associadas. Mais de 90% das verbas destinaram-se a este objectivo.

América Latina e Ásia
Financiamentos em 2001

(milhões de euros)	
América Latina	365
Brasil	171
Argentina	124
Panamá	54
México	16
Ásia	178
Filipinas	93
China	56
Indonésia	28
América Latina e Ásia	543



Fórum BEI: Cooperação no Mediterrâneo

O sétimo Fórum do BEI⁽¹⁾ reuniu a 25 e 26 de Outubro de 2001, em Sorrento, cerca de 400 especialistas dos meios governamentais e políticos, da administração, da indústria e do sector bancário da União e dos países parceiros mediterrânicos, os quais passaram em revista os resultados do processo de Barcelona e debateram os factores de êxito ou de insucesso do desenvolvimento económico da região.

No discurso de abertura, **Philippe Maystadt**, Presidente do BEI, preconizou um novo reforço da cooperação euromediterrânica, para garantir a estabilidade e o desenvolvimento da região, assinalando que nos últimos anos, o desenvolvimento económico foi muito desigual entre os diferentes Estados da região mediterrânica.

A encerrar os debates, **Francis Mayer**, o Vice-Presidente responsável pelos financiamentos do Banco nos países parceiros mediterrânicos, sintetizou os trabalhos do colóquio da seguinte forma: «Os países mediterrânicos que desejem beneficiar das maiores oportunidades proporcionadas por uma zona de comércio livre com a União, cuja instauração se prevê para 2010, deverão redobrar os esforços no sentido de modernizar as respectivas economias e de proceder às reformas estruturais necessárias para gerar crescimento e atrair o investimento estrangeiro. A União Europeia está disposta a apoiar este processo. Estes esforços darão um novo vigor ao processo de Barcelona e permitirão também que a região beneficie dos efeitos de um novo alargamento da União. O desenvolvimento duradouro da região só poderá ser conseguido por meio de uma parceria cada vez mais estreita entre o conjunto dos países e os agentes económicos. O reforço da «cooperação Sul-Sul» é crucial para a região».

Os oradores do colóquio incluíram uma representação significativa dos países parceiros mediterrânicos, nomeadamente, o Ministro dos Assuntos Económicos da Turquia, Dervis, o Ministro do Planeamento e da Cooperação Internacional do Egipto, El-Dersh, o Ministro da Cooperação Internacional e do Investimento Estrangeiro da Tunísia, Merdassi, o Ministro das Finanças, da Economia, da Privatização e do Turismo de Marrocos, Oualalou, o Ministro da Economia Social, das Pequenas e Médias Empresas e do Artesanato, encarregado dos Assuntos Gerais do Governo de Marrocos, Lahlimi, o Secretário-Geral do Banco Marroquino do Comércio Externo, Benjelloun, o Presidente do Turk Ekonomi Bankasi, Canevi, e o Presidente do Tuninvest Finance Group da Tunísia, Abdelkefi.

O convidado de honra do Fórum BEI 2001 foi Pedrag Matvejevič, escritor e actualmente professor no Departamento de Estudos Eslovacos da Universidade de Sapienza de Roma, que publicou uma obra intitulada «Mediterranean - a cultural landscape», dedicada aos países da bacia do *mare-nostrum*.

(1) Para mais informações sobre os trabalhos do Fórum BEI, ver BEI-Informações N° 109 e www.bei.org



*Pedro Solbes Mira,
Comissário Europeu*



*Laurent Fabius, Ministro
da Economia e das Finanças*



*Lord Rothschild, Presidente
de Rothschild capital Ltd.*



*Miquel Nadal Segalá,
Secretário de Estado
dos Negócios Estrangeiros*



*Henri Proglio, Presidente
do Directório de Vivendi
Environnement*



*Vito Tanzi, Subsecretário de
Estado no Ministério
das Finanças*



O Grupo BEI ao serviço das PME

As PME representam mais de 98% das empresas privadas na Europa e o seu contributo para a criação de empregos é significativo. Mas embora nos últimos dez anos o número de postos de trabalho por elas criados tenha contrabalançado as perdas de empregos decorrentes de processos de racionalização inerentes a projectos industriais de grande envergadura, as PME continuam a sofrer de carência de financiamentos adaptados às suas necessidades, quer em termos de verbas, quer de duração dos empréstimos.

O Grupo BEI pode oferecer, tanto financiamentos tradicionais a médio e longo prazo, por meio dos empréstimos globais clássicos, como capitais próprios, por meio de operações de capital de risco. Três instrumentos diferentes permitem responder às necessidades de financiamento das PME:

- Os empréstimos globais do BEI;
- A carteira de garantias do FEI em favor das PME;
- As actividades de capital de risco do FEI.

Cerca de 100 000 PME europeias e dos países candidatos beneficiam do conjunto destes três instrumentos.

Os empréstimos globais do BEI

Dado que o financiamento de PME é uma actividade de carácter local, o Banco recorre a uma rede descentralizada de parceiros financeiros para apoiar, com a intermediação destes, projectos de investimento de pequena dimensão.

Em 2001, o **BEI** concedeu empréstimos globais no valor de 10 500 milhões nos países da União Europeia, destinando-se cerca de metade das verbas, ou seja, 5 200 milhões, a investimentos de cerca de 24 000 PME.

O montante médio dos financiamentos ronda os 215 000 euros, valor particularmente adequado às necessidades. As empresas com menos de 100 empregados representam dois terços das empresas beneficiárias.

Para alargar ainda mais o seu domínio de acção, o BEI diversifica e especializa o leque de parceiros bancários, procurando privilegiar, para o financiamento de PME, bancos parceiros com uma forte implantação nas zonas de desenvolvimento regional.

O capital de risco

Em Janeiro de 2001, o BEI transferiu para o FEI a carteira de tomadas de participação, pelo que este passou a ser a instituição financeira da União especializada na concessão de capital de risco e de garantias em favor de PME.

Em 2001, o **FEI** concluiu 57 operações no valor de 800 milhões de euros nos 15 Estados-membros e em 5 países candidatos, destacando-se no mercado europeu de capital



de risco, sobretudo no domínio do capital de arranque, segmento do mercado em que concentra as suas actividades.

O grosso dos recursos do FEI são disponibilizados pelo BEI, no âmbito da iniciativa «Inovação 2000», mas a Comissão também põe ao dispor verbas complementares, no quadro do programa plurianual para as empresas (MAP) (2001/2005), destinado ao financiamento de capital «semente» («*seed-capital*») e de «incubadoras». De sublinhar a complementaridade dos mandatos da Comissão e do BEI, na medida em que incidem sobre ciclos sucessivos do capital de risco (fase preliminar e fase de arranque).

A estratégia de investimento do FEI articula-se em torno de três vertentes:

- apoio à tecnologia de ponta europeia;
- desenvolvimento de fundos com actividades no sul da Europa (Espanha, sul da Itália, Portugal e Grécia) e nos países candidatos, onde o mercado está menos desenvolvido;
- desenvolvimento de fundos que operam a uma escala «pan-europeia», a fim de os dotar de uma massa crítica comparável à dos grandes fundos americanos.

A 1 de Janeiro de 2002, o FEI geria uma carteira de 153 fundos correspondente a 2 000 milhões de euros.

Garantias às PME

A garantia de carteiras de empréstimos bancários em favor de PME constitui o outro pilar das actividades do FEI; abrange operações de melhoria do crédito, de resseguro e de contragarantia e apoia-se numa rede de 86 intermediários financeiros. Em 2001, o FEI concluiu 39 novas operações de garantia de carteiras de PME, no montante total de 958 milhões de euros.

A maioria (64% da carteira) foi concluída no contexto do Instrumento PME, financiado a cargo de recursos orçamentais comunitários. Nos termos do Programa plurianual para as empresas 2001/2005, este instrumento foi alargado à garantia de operações de micro-crédito, de tomada de participações e de investimentos de PME no domínio das tecnologias da informação.

O FEI gere igualmente o programa «Crescimento e Ambiente» (20% da carteira), que permite garantir investimentos feitos por PME nos domínios da protecção do ambiente e do «*eco-business*».

Por seu turno, as operações de garantia a cargo de recursos próprios do FEI registaram um grande crescimento: estas operações têm um efeito dinamizador particularmente significativo e representam uma optimização interessante dos recursos.

O valor total dos compromissos inerentes a garantias do FEI é superior a 3 300 milhões de euros.



Financiar as redes transeuropeias

A existência de redes de comunicação e de transporte de energia eficazes constitui um elemento essencial da integração económica da União, assim como da preparação para o alargamento. Desde 1993, na sequência dos trabalhos do Grupo Christophersen e da identificação das redes transeuropeias prioritárias pelo Conselho Europeu de Essen (Dezembro de 1994), o Banco tem vindo a reforçar regularmente a sua acção em favor das RTE.

O BEI é a **principal fonte de financiamento bancário** destas grandes redes, podendo disponibilizar nas melhores condições os vultosos montantes necessários à sua realização, e estando apto a oferecer condições e prazos adaptados à grande dimensão dos projectos, e a catalisar outras fontes de financiamento. A ilustrar este facto, o número crescente de **parcerias público-privadas** que o BEI apoia, as quais combinam as vantagens específicas a cada sector para a realização destas infra-estruturas. Tendo já financiado inúmeros projectos na União, em 2001, o Banco alargou este tipo de parceria aos países candidatos à adesão.

Em 2000, o BEI instaurou um **Instrumento de Financiamento Estruturado (IFE)** que abrange uma gama diversificada de produtos financeiros, e que se destina a promover a realização de projectos prioritários, complementando a acção da banca comercial e do mercado de capitais. Estas operações são realizadas essencialmente nos países da União, mas também se estendem aos países candidatos.

O BEI já comprometeu 17 000 milhões para o apoio a onze dos catorze projectos prioritários de transportes e sete dos dez projectos prioritários de energia.

6 100 milhões na União

Em 2001, os financiamentos em favor das RTE no seio da **União** mantiveram um nível sustentado, destinando-se a redes de transportes (5 100 milhões) e de telecomunicações (1 000 milhões).

No domínio dos **transportes**, o grosso das verbas foi canalizado para:

- a construção de *linhas ferroviárias de alta velocidade* em França, na Itália e nos Países Baixos;
- a melhoria das *redes de estradas e auto-estradas* em oito países;
- o reforço de *infra-estruturas aeroportuárias* na Alemanha, em Espanha, na Grã-Bretanha, na Irlanda e em Portugal;
- a extensão ou modernização de *infra-estruturas portuárias*.

1 000 milhões para os países candidatos

Nos **países candidatos**, muito carenciados em termos de desenvolvimento e de reabilitação das infra-estruturas, o Banco concedeu **1 000 milhões** para RTE de transportes e de telecomunicações, designadamente, para os transportes ferroviários, estradas e auto-estradas situadas nos eixos prioritários, e redes de telecomunicações ou de telefonia móvel.



O BEI contribui para a revitalização dos caminhos-de-ferro

Tal como tinha anunciado no novo livro branco sobre os transportes, adoptado em 12 de Setembro de 2001, a Comissão Europeia propôs em Janeiro de 2002 um novo pacote de medidas destinadas a revitalizar os caminhos-de-ferro. Há muitos anos que o BEI se empenha em financiar o transporte ferroviário, tendo nos últimos cinco anos concedido 12 300 milhões para os caminhos-de-ferro (em comparação com 12 600 milhões para auto-estradas). No que se refere mais especificamente às linhas de alta velocidade, o BEI canalizou mais de 7 000 milhões para as redes francesa, belga, espanhola, italiana e britânica.

Em 2001, foram apoiados dois projectos particularmente importantes, que se integram nos catorze projectos prioritários: o TGV Est-Europe em França e o projecto HSL Zuid nos Países Baixos.

O **TGV Est-Europe**, que liga a França ao Luxemburgo e à Alemanha, representa um elo importante da futura rede ferroviária europeia de alta velocidade. Tem um percurso total de 405 quilómetros, colocará Metz a 1h30, Estrasburgo a 2h20 e Frankfurt a 3h45 de Paris, e contribuirá para atrair os viajantes de longos percursos, melhorando sensivelmente a duração e o conforto das deslocações em grande parte da França e em certas regiões da Alemanha, assim como no Luxemburgo. As obras preliminares arrancaram no início de 2001, prevendo-se que a entrada em serviço se venha a verificar em 2006.

Em 2001, foram concedidos 510 milhões para a rede ferroviária francesa e para as regiões Champagne-Ardenas, Alsácia e Lorena.

O projecto **HSL Zuid** (nos Países Baixos) representa a fase final da implantação da grande rede ferroviária de alta velocidade PKBAL (Paris-Colónia-Bruxelas-Amesterdão-Londres), que abrange a construção de uma linha ferroviária de alta velocidade que ligará Amesterdão à fronteira belga, passando por Roterdão.

A linha HSL Zuid, com 80 Km, e cuja entrada em serviço está prevista para 2006, oferecerá aos passageiros viagens mais curtas e com maior segurança. Amesterdão ficará apenas a cerca de 3h de Paris e a 3h40 de Londres. As vantagens da utilização do transporte ferroviário neste eixo europeu primordial ainda serão mais evidentes.

O projecto HSL Zuid será marcante para os Países Baixos, não só porque significará uma melhor qualidade para os viajantes, mas também porque constituirá a primeira parceria público-privada a beneficiar neste país de *project-financing*. O BEI participou activamente, juntamente com um grupo de bancos internacionais, na elaboração do pacote financeiro de 1 200 milhões de euros necessário para o financiamento desta concessão ligada às infra-estruturas ferroviárias, tendo concedido em 2001 um empréstimo de 400 milhões.



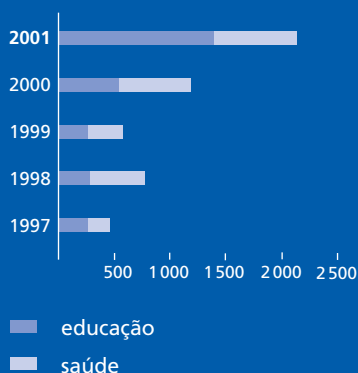
Promover o capital humano

A promoção do capital humano - educação e saúde - constitui uma vertente crucial do desenvolvimento económico e social.

As conclusões do Conselho Europeu de Lisboa (Março de 2000) assim o lembraram: «os recursos humanos constituem o principal trunfo da Europa e deveriam estar no centro das políticas da União».

Empenhado em permitir que também os países candidatos melhorem os respectivos sistemas de educação e saúde, o BEI alargou o financiamento destes sectores aos 12 países em causa, tendo assinado os primeiros empréstimos em Nicósia (Chipre) e em Lodz (Polónia).

Capital humano
Empréstimos individuais
1997 - 2001: 5 000 milhões



Em 2001, verificou-se um grande surto dos financiamentos nos sectores da educação e da saúde: 2 100 milhões, em comparação com 1 200 milhões em 2000.

1 400 milhões para a educação

Neste sector, os financiamentos destinaram-se a apoiar uma vasta gama de projectos infra-estruturais, nomeadamente:

- modernização de estabelecimentos de ensino superior nos *Länder* orientais da Alemanha e de escolas primárias na Grécia;
- renovação de escolas e fornecimento de ferramentas TIC (tecnologias da informação e da comunicação) na Inglaterra e na Escócia, no âmbito de acordos de parceria público-privada;
- disponibilização de laboratórios de pesquisa informática e de redes de troca de dados na Grécia;
- realização de diferentes projectos na Áustria, na Dinamarca e na Finlândia (disponibilização de infra-estruturas didácticas modernas, incluindo bibliotecas e laboratórios).

700 milhões para a saúde

No sector da saúde, foram financiados projectos nos seguintes domínios:

- modernização de estabelecimentos hospitalares em Chipre e na Polónia (primeiros empréstimos concedidos pelo Banco fora da União);
- grandes projectos no sector hospitalar na Alta e Baixa Áustria;
- realização no Reino Unido de um projecto de reestruturação de um hospital e do respectivo equipamento em tecnologias da informação, no âmbito de um acordo de parceria público-privada;
- construção de um novo hospital numa região assistida de Espanha e modernização de infra-estruturas de cuidados de saúde na parte oriental da Alemanha.







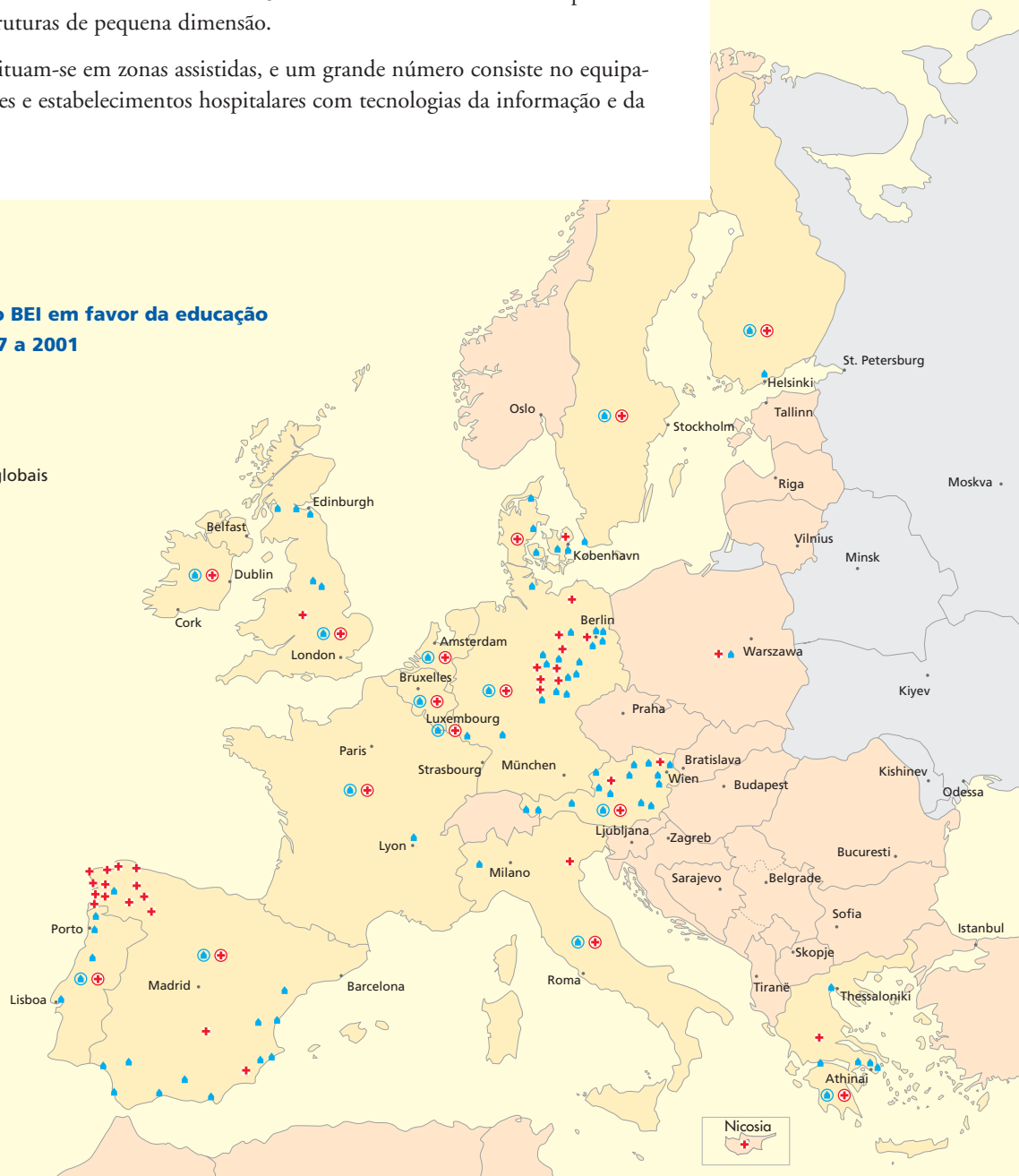
8 000 milhões em favor do capital humano desde 1997

Desde 1997, o Banco já concedeu mais de 5 000 milhões para apoiar investimentos nos sectores da educação e da saúde, os quais também receberam cerca de 3 000 milhões no âmbito de empréstimos globais, destinados a infra-estruturas de pequena dimensão.

Cerca de 90% dos projectos situam-se em zonas assistidas, e um grande número consiste no equipamento de escolas, universidades e estabelecimentos hospitalares com tecnologias da informação e da comunicação de ponta.

Financiamentos do BEI em favor da educação e da saúde de 1997 a 2001

-  Educação
-  Saúde
-   Empréstimos globais



Um intermediário financeiro de primeira ordem





Uma presença forte e sustentada nos mercados internacionais de capitais

A optimização dos custos de uma forma duradoura e o reforço da liquidez no mercado secundário constituem os pilares da estratégia de captação do Banco. Esta estratégia visa assegurar que o BEI mantém a posição de primeiro emitente de referência não governamental, que lhe permite conceder empréstimos nos melhores termos possíveis e deste modo, promover as políticas da União Europeia, e tem sido implementada por meio de uma abordagem dupla: estratégica e em função do mercado.

Uma das principais vertentes tem sido a emissão de obrigações de referência de grande dimensão e liquidez em EUR, USD e GBP, com a qual se pretende alargar a base de investidores do BEI e reforçar a presença no mercado, oferecendo aos investidores produtos com grande liquidez e transaccionáveis por via electrónica. O Banco tem dado particular importância à transparência, recorrendo a *bookbuildings* e à metodologia de *pot syndication*.

Além disso, o BEI lançou emissões especificamente de produtos adaptados às necessidades dos investidores em todas as divisas disponíveis, e respondeu à procura por parte de investidores de retalho e institucionais, de instrumentos de investimento específicos, lançando emissões obracionistas “à medida” e inovadoras, que incluíram em muitos casos opções como *calls*, *caps* e *floors*, assim como a indexação dos cupões e do reembolso à evolução dos índices bolsistas e cambiais. No contexto da política de gestão do risco, o BEI manteve-se vigilante, procedendo a uma apreciação rigorosa dos diferentes tipos de riscos inerentes a estas emissões e prevendo uma cobertura adequada.

O BEI continuou a explorar as possibilidades de captar fundos dos países candidatos, tanto nos mercados domésticos, como no euromercado. Graças ao seu *rating* de primeira ordem, continua a poder emitir obrigações a mais longo prazo denominadas nestas divisas, contribuindo assim para o aprofundamento dos mercados de capitais. Os fundos levantados nestas divisas são emprestados a promotores de projectos locais e dado que evitam o risco de câmbio, constituem um grande incentivo para o investimento, promovendo deste modo a integração. O papel do BEI como grande emitente internacional também é ilustrado pela diversificação das divisas utilizadas, tal como testemunha a sua forte presença nos mercados do Japão, da região Ásia / Pacífico e da África do Sul.

Foi elaborado um programa de *marketing* completo e eficaz, dirigido a investidores institucionais e de retalho, constituído por diversos *roadshows* a investidores nos principais centros financeiros do mundo, destinados a melhorar os canais de distribuição e a familiarizar os investidores com a gama de produtos do BEI.

O montante total dos empréstimos obracionistas assinados, antes de *swaps*, ascendeu a 32 305 milhões, o que representa um aumento de 11% em relação ao ano anterior (29 002 milhões). A

quota-parte das divisas da UE foi de 53% (72% em 2000). A captação foi efectuada em 13 divisas diferentes (10 em 2000), por meio de 148 operações (149 em 2000).



Emissões obrigacionistas assinadas em 2001

	(montantes em milhões de EUR)			
	Antes de swaps		Após swaps	
	M EUR	%	M EUR	%
EUR	10 398	32,2	21 535	66,9
DKK	0	0,0	31	0,1
GBP	6 862	21,2	6 971	21,7
SEK	0	0,0	60	0,2
Total UE	17 261	53,4	28 597	88,9
AUD	117	0,4	0	0,0
CHF	204	0,6	204	0,6
CZK	16	0,0	23	0,1
HKD	413	1,3	0	0,0
HUF	79	0,2	0	0,0
JPY	379	1,2	541	1,7
NOK	50	0,2	0	0,0
PLN	209	0,6	142	0,4
SKK	0	0,0	111	0,3
TWD	313	1,0	0	0,0
USD	13 092	40,5	2 484	7,7
ZAR	171	0,5	69	0,2
Total não UE	15 044	46,6	3 575	11,1
TOTAL	32 305	100	32 172	100

Os fundos captados após *swaps* cifraram-se em 32 172 milhões, em 11 divisas (29 038 milhões em 2000). O recurso ao mercado de *swaps* (26 209 milhões) foi globalmente muito elevado, representando 81% da captação total, contra 83% em 2000 (24 197 milhões). Este facto deveu-se à exigência de adaptação às necessidades de desembolso, quer em termos de divisas, quer de taxas de juros, e também a objectivos gerais de cobertura do risco de taxa de juro.

Os fundos captados a taxa variável (25 818 milhões, contra 24 006 milhões em 2000) representaram 80% do total captado, enquanto a captação a taxa fixa cresceu, de 5 032 milhões em 2000, para 6 354 milhões. A vida média das operações (6,3 anos) foi mais curta em relação a 2000 (12,5 anos).

No âmbito da gestão da dívida, o Banco procedeu a reembolsos antecipados de emissões obrigacionistas e a recompras de títulos no valor de 981 milhões (828 milhões em 2000).

Actividade nos mercados

O BEI é o maior emitente supranacional e o único emitente de referência que oferece curvas de rendibilidade de referência líquidas em todas as principais divisas: EUR, USD e GBP. Além disso o BEI oferece aos investidores uma vasta gama de emissões obrigacionistas estruturadas e adaptadas a necessidades específicas, denominadas em diversas divisas. No âmbito da sua política geral de captação, o BEI também contribuiu activamente para o desenvolvimento dos mercados da Europa Central e da Ásia.

EUR: 10 398 milhões antes de swaps / 21 535 milhões após swaps

No segmento das emissões de referência

em euros, o BEI lançou quatro emissões EARN (*Euro Area Reference Notes*) de um montante total de EUR 10 000 milhões, reforçando a política que adoptou há muito, de apoio à moeda da Europa, e ao mesmo tempo, a sua presença nos mercados internacionais.

No primeiro semestre, o Banco prosseguiu a estratégia de aumento das linhas de referência já existentes, para reforçar a respectiva liquidez, e cumprir assim aos padrões mais exigentes fixados na zona-euro. Procedeu a mais três reaberturas: mais de EUR 3 000 milhões para a emissão EARN com vencimento em 2006; EUR 1 000 milhões para a EARN 2008; e EUR 1 000 milhões para a EARN 2005. Duas destas linhas de referência atingiram assim o limiar de EUR 5 000 milhões exigido para admissão na EuroMTS (a conhecida plataforma electrónica de negociação), beneficiando assim das características de negociação seguidas para os títulos do Tesouro mais líquidos.

No segundo semestre, foi lançada uma nova emissão de referência EARN: uma *Global EARN* de 5 000 milhões com vencimento em 2007, a maior emissão obrigacionista inicial até aqui lançada pelo Banco. Esta emissão foi cuidadosamente preparada e lançada com o total apoio da comunidade bancária internacional. O respectivo *pricing* baseou-se num processo de *book-building* detalhado, que resultou num custo de financiamento abaixo dos níveis de negociação do BEI no mercado secundário. Esta emissão mereceu o prémio Euroweek para a «melhor emissão obrigacionista do ano 2001», em razão da reacção do mercado à sua execução e *pricing*.

No final de 2001, a curva das EARN incluía nove emissões de referência com vencimentos de 2003 a 2010, que representam um saldo vivo de quase 40 000 milhões (ver



quadro abaixo), todas negociáveis na plataforma electrónica de negociação MTS. Cinco são negociadas na EuroMTS, o segmento do sistema MTS com maior liquidez, com cotações de preços paralelas.

Para além da sua actividade no sector de *euro-benchmarks*, o Banco continuou a lançar emissões estruturadas e “à medida”, a fim de satisfazer as preferências específicas de investidores institucionais e de retalho; o respectivo montante cifrou-se em EUR 398 milhões. Para responder à procura do mercado japonês de emissões estruturadas, o BEI lançou no Japão a primeira emissão obrigacionista denominada em EUR, destinada ao mercado de retalho.

GBP: 4 279 milhões antes de swaps / 4 337 milhões após swaps
(em EUR: 6 862 milhões / 6 971 milhões)

Em 2001, a estratégia do BEI nesta divisa caracterizou-se pela diversificação da base de investidores e pelo prosseguimento da adopção de medidas tendentes a reforçar a liquidez e consequentemente, o interesse das obrigações BEI para os investidores.

Foi captado um total de GBP 4 300 milhões, que representou 8,2% do volume total das emissões não governamentais de rendimento fixo em libras esterlinas em 2001. Os títulos do BEI representam mais de 12% do índice dos títulos de rendimento fixo, excluindo a dívida do Tesouro Britânico («Gilts»), e o Banco é o emitente de referência de títulos fora do sector «Guilt».

O grosso das emissões em libras esterlinas tomou a forma de reaberturas de linhas de referência existentes. Embora

no início do ano estes aumentos se verificassem nos vencimentos longos (de 2021 a 2039), devido à alteração da regulamentação britânica, tenderam subsequentemente a centrar-se em vencimentos até dez anos. O Banco lançou também uma nova emissão a 5,5% com vencimento a 2011, que foi aumentada para GBP 950 milhões.

Foi criado um quadro de *market-making* no segmento das operações de reporte para melhorar a liquidez das emissões BEI de referência. As emissões do BEI em esterlino passaram a estar cotadas em tempo real na página “EIBGBP01” da Reuters, pelos membros do grupo de *dealers* de esterlino.

O BEI também lançou com êxito uma emissão dirigida ao segmento de retalho, que foi colocada através dos sistemas de negociação electrónica do grupo de bancos *dealer* designado.

De entre as operações estruturadas, destaca-se o lançamento de uma emissão *constant annuity RPI (Retail Price Index)*, com vencimento a 33 anos, para desembolso em operações *back-to-back* em favor da Parceria público-privada Dudley Hospital. Foi igualmente lançada a primeira emissão de um emitente AAA indexada à inflação (RPI max. 5%, min. 0%) com vencimento a 30 anos.

USD: 11 705 milhões antes de swaps / 2 276 milhões após swaps
(em EUR: 13 092 milhões / 2 484 milhões)

Em 2001, foram captados USD 11 700 milhões, o que constitui o maior volume anual de sempre do BEI em USD. Foram lançadas quatro emissões obrigacionistas globais, verificando-se uma partici-

pação crescente de investidores americanos. A emissão global de USD 4 000 milhões com vencimento em 2006 constitui a maior emissão em curso do Banco nesta divisa.

Durante todo o ano, o Banco lançou emissões de grandes dimensão; esta estratégia, além de melhorar a percepção da liquidez das mesmas, permite recorrer com menos frequência ao mercado, o que tem efeitos positivos na *performance* e no custo de financiamento.

Foi constituída uma curva de emissões de referência líquidas, com um saldo vivo de USD 24 000 milhões, e com preços de mercado cotados em tempo real por *market makers* na página “EIBUSD01” da Reuters.

As emissões dirigidas ao mercado de retalho e as operações estruturadas denominadas em USD contribuíram também para diversificar a base de investidores do BEI em USD, complementando a gama de produtos especificamente adaptada à procura no Japão e na Europa.

Mercados europeus

O Banco lançou uma emissão de 400 milhões de NOK a 5 anos, cujo produto foi objecto de *swap* para SEK, e estabeleceu um programa doméstico em SEK, no valor de 30 000 milhões. Uma emissão em CHF de 300 milhões a 10 anos permitiu o retorno ao mercado suíço. A captação de DKK (228 milhões) e de SEK (577 milhões) foi feita através de operações de *swap* cambial, devido às condições desfavoráveis de financiamento nesses mercados.



Saldo vivo de emissões EARN em 31 de Dezembro de 2001

Cupão %	Vencimento	Montante (milhões EUR)
4,500	15.02.2003	3 360
5,250	15.04.2004	6 188
3,875	15.04.2005	3 000
4,875	15.04.2006	5 000
4,000	15.02.2007	5 000
5,750	15.02.2007	2 578
5,000	15.04.2008	6 082
4,000	15.04.2009	4 538
5,625	15.10.2010	3 000

38 746

Mercados da Europa Central e Oriental

O volume de emissões nos PECO aumentou quase 50% em relação a 2000, sendo lançadas nove emissões no valor total de EUR 304 milhões em Coroas checas (CZK), Forints húngaros (HUF) e Zlotys polacos (PLN).

O BEI contribuiu de uma forma significativa para o desenvolvimento do mercado de capitais doméstico polaco, sendo o primeiro emitente a assinar um programa-quadro de emissão de dívida em PLN, no valor de 3 000 milhões. Ao abrigo deste programa, foi lançada uma emissão de 500 milhões de PLN a 10 anos, com cupão zero, e as obrigações foram colocadas junto de investidores nacionais.

Na Hungria, uma vez levantadas as restrições cambiais, o que permitiu a liquidação da moeda no exterior do país, o Banco foi também o primeiro a emitir em HUF no mercado internacional, numa operação no valor de 20 000 milhões. Nos últimos anos, o BEI tem lançado emissões no mercado doméstico do HUF, no contexto do seu programa-quadro doméstico.

O Banco aumentou o saldo vivo da emissão obrigacionista de CZK com vencimento em 2013 e com cupão zero, com uma emissão

de CZK 1 000 milhões; esta emissão foi colocada em grande parte na República Checa.

Um total de 4 700 milhões de Coroas Eslovacas (SKK) foi levantado por meio de *swaps* cambiais, para financiar empréstimos locais.

Mercados da África do Sul, da Ásia e do Pacífico

O Banco captou na África do Sul 1 300 rands (ZAR), flexibilizando o financiamento de projectos neste país, incluindo o premiado projecto rodoviário N4. No Japão, o BEI aumentou a quota de mercado no segmento de emissões estruturadas, levantando JPY 40 000 milhões por meio de inúmeras operações.

O BEI marcou uma presença forte nos mercados da Australásia, especialmente nos mercados domésticos de Taiwan e da Austrália, assim como no de Hong Kong. Captou TWD 9 000 milhões no mercado de Taiwan e voltou ao mercado doméstico australiano com uma emissão de AUD 200 milhões. Em Hong Kong, afirmou-se como maior emitente internacional, com a primeira transacção do novo milénio: uma emissão de HKD 2 500 milhões.



Cooperação com o sector bancário

O Grupo BEI mantém uma estreita colaboração com o sector bancário no que toca, quer à captação de fundos no mercado de capitais, quer à concessão de empréstimos. Esta colaboração é indispensável para que possa:

- contribuir para o financiamento de um elevado número de projectos individuais de grandes dimensões, para o qual recorre, quando apropriado, à intermediação;
- obter garantias bastantes para o financiamento de projectos individuais privados, dado que um terço das mesmas é prestado por bancos ou instituições financeiras;
- desempenhar, graças à sua experiência na avaliação de projectos que requerem financiamentos a longo prazo, o papel de catalisador da montagem de pacotes financeiros sólidos que permitam oferecer as melhores condições em termos de taxas de juro e de prazos;
- contribuir para melhorar a situação financeira de PME e de promotores de projectos de infra-estruturas de pequena e média dimensão, concedendo empréstimos globais.

É sobretudo no domínio dos empréstimos globais que se concretiza a colaboração do BEI com a comunidade bancária. Este instrumento de financiamento indirecto e descentralizado de projectos de pequena e média dimensão foi concebido com vista a suprir as necessidades das PME ou das autarquias locais que, por razões de eficácia, o BEI não pode financiar directamente. Respondendo a necessidades reais e apoiando-se numa rede de 180 bancos parceiros (mais de um quarto dos quais aderiram ao sistema nos últimos três anos), estes empréstimos têm vindo a desenvolver-

-se regularmente e representaram em 2001 um terço das actividades na União. Os empréstimos globais foram alargados aos países candidatos e parceiros, contando com a colaboração de cerca de 60 bancos. Anualmente, dezenas de milhares de PME e de autarquias locais beneficiam de financiamentos do BEI por este meio.

Nos países terceiros, o BEI também colabora com instituições financeiras multilaterais ou bilaterais.

O BEI continuará a associar-se a estas instituições, nomeadamente, para per-

mitir aplicar as melhores montagens financeiras, compartilhar os riscos e garantir a coordenação e a complementaridade entre as diferentes instituições financeiras parceiras, obtendo assim a máxima sinergia dos meios disponíveis para benefício dos projectos a financiar.

O FEI intervém com frequência, em estreita colaboração com a colectividade financeira, para desenvolver as estruturas de capital de risco na União e nos países candidatos, e para garantir a carteira de financiamentos a PME de diversos bancos.

Diversidade dos produtos propostos

O Grupo BEI continua a ampliar e modernizar a gama dos seus instrumentos financeiros, empenhado que está em propor as melhores fórmulas de financiamento aos seus clientes e em acompanhar a evolução do mercado.

Além dos empréstimos a médio e longo prazo, dos empréstimos globais, do capital de risco e das garantias em favor das PME, o Grupo BEI propõe, graças ao seu Instrumento de Financiamento Estruturado (IFE), uma gama

completa de produtos para o financiamento de empresas e de projectos.

Funcionamento do Grupo BEI





Melhor informar, melhorando a transparência

Sendo um banco público cuja razão de ser é a promoção dos objectivos da União através da implementação de políticas de investimento definidas pelos seus Governadores, no enquadramento das linhas gerais traçadas pelos Conselhos Europeus, o Banco e a sua filial, o FEI, pautam-se pela exigência de eficácia operacional e de comunicação eficiente, assim como pela vontade de trabalhar em parceria com todas as partes interessadas nas suas actividades.

Parceria com os representantes eleitos pelos cidadãos europeus

O BEI estabeleceu há muitos anos e foi aprofundando o diálogo com o **Parlamento Europeu**, tendo participado em diversas reuniões de comissões parlamentares (particularmente, da Comissão Económica e Monetária) e examinado, em sessão plenária, um «relatório do Parlamento sobre o acompanhamento das actividades do Banco». Este diálogo permite que os representantes eleitos pelos cidadãos se familiarizem com a acção do Grupo, e que o Banco seja directamente informado das prioridades do Parlamento Europeu quanto às políticas da União. Esta relação contínua de trabalho permite ao Parlamento integrar a acção do Grupo BEI no cumprimento das suas responsabilidades legislativas, orçamentais e de controlo político, reforçando deste modo a coerência da acção da União em prol dos seus cidadãos.

No âmbito destas estratégias de abertura, o BEI reforçou também os contactos com o **Comité Económico e Social**, tendo em vista permitir a integração dos pareceres desta instituição na definição das suas estratégias de investimento e além disso, tirar partido do papel reforçado do Comité, tal como definido no Tratado de Nice, enquanto *interface* entre as instâncias da União e a sociedade civil.



*Philippe Maystadt
na sessão plenária do Parlamento Europeu*



Cooperação com o Conselho

Paralelamente, o Banco assiste regularmente, como representante do Grupo, ao **Conselho Ecofin** e às reuniões preparatórias, colocando à disposição o seu *know-how* sobre questões económicas e sobre o financiamento do investimento. Além disso, é frequente o Conselho Europeu fazer referência ao Banco ou ao FEI para assegurar a realização de novas acções comunitárias que impliquem o recurso a instrumentos bancários ou financeiros. Tal aconteceu em 2001, no Conselho de *Estocolmo*, realizado em Março, em que o Grupo BEI foi convidado a reforçar os financiamentos e as tomadas de participação nos domínios do conhecimento e da inovação, e no de *Gand*, realizado em Outubro, em que o Conselho incitou o BEI a empreender uma acção estabilizadora do investimento nos sectores mais afectados pelo abrandamento económico.

Relações de trabalho com a Comissão Europeia

O Grupo BEI também reforçou as relações operacionais com a Comissão, a fim de melhorar a sinergia entre os empréstimos do BEI, as intervenções do FEI e as dotações orçamentais da União, na promoção de objectivos comuns. Esta acção conjunta é mais acentuada nos domínios do desenvolvimento regional, da preparação dos países candidatos para a adesão, da investigação e desenvolvimento, e do apoio à produção europeia no sector audiovisual, domínios esses que foram objecto de acordos entre o Grupo e o executivo europeu. Além disso, o FEI e a Comissão assinaram um acordo de gestão, nos termos do qual o Fundo recebeu um mandato para a execução do orçamento operacional da DG-Empresas, através do «programa plurianual para as empresas» (MAP). Foi ainda concluído um importante acordo entre o BEI e a Comissão no domínio da protecção do ambiente, que tem em vista melhorar a coordenação das acções respectivas, para facilitar a concretização dos compromissos assumidos pela União nesta matéria.



Transparência e diálogo com a sociedade civil

No início de 2001, o Banco pôs em prática a sua nova política de **transparência**. Esta traduziu-se essencialmente numa reformulação da política de informação, para satisfazer as exigências da legislação comunitária mais avançada, e também as solicitações mais pertinentes das partes interessadas nas actividades do Banco. Deste modo, o BEI passou a publicar no seu *síte* da Internet:

- as estratégias operacionais, divulgando o seu Plano de Actividades e as políticas sectoriais, em particular, as relativas ao ambiente, ao desenvolvimento duradouro, às alterações climáticas e à preparação dos países candidatos à adesão;
- a lista de projectos em fase de apreciação, sob reserva, se for caso disso, da protecção legítima da confidencialidade operacional do Banco e das suas contrapartes; é prestada uma

informação detalhada sobre os parâmetros de investimento de cada projecto constante da lista;

- notas explicativas detalhadas sobre os projectos já financiados que merecem uma atenção particular de certos grupos de interesse;
- explicações relativas aos procedimentos e métodos de avaliação, ao ciclo de um projecto e às estruturas de controlo dos investimentos financiados.

Este esforço de transparência é acompanhado de *um diálogo contínuo com a sociedade civil através das ONG*. No decurso de 2001, o Banco participou em 5 reuniões de iniciativa de ONG sobre aspectos sectoriais das suas actividades, e organizou duas mesas-redondas; uma em Junho, em Bruxelas, sobre a sua política de informação, e a outra em Londres, em Novembro, para debater as políticas de redução da pobreza e de desenvolvimento duradouro nos países emergentes.

Além disso, em resposta ao pedido formulado pelo Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão, no sentido de que as restantes instituições e órgãos da UE tivessem em conta os princípios e limites impostos pelo novo Regulamento, nas respectivas esferas de acção, o Banco encetou a revisão das suas regras de acesso público aos documentos.

Por último, nas suas relações com o público, o Banco cumpre o Código de Conduta administrativa em termos semelhantes aos adoptados pelas outras instituições da União, mas adaptando-os, quando necessário, à natureza particular das suas actividades de carácter bancário e financeiro.



Anualmente, o BEI realiza uma vintena de conferências de imprensa

A governação do BEI

O **Conselho de Governadores**, que se compõe dos ministros designados por cada um dos Estados-membros (em geral, os Ministros das Finanças), define as directivas gerais relativas à política de crédito a seguir, aprova as contas e o balanço anuais e decide dos financiamentos do Banco no exterior da União e dos aumentos de capital; também nomeia os membros do Conselho de Administração, do Comité Executivo e do Comité de Fiscalização.



O Conselho de Administração

O **Conselho de Administração** garante a conformidade da gestão do Banco com as disposições do Tratado e dos Estatutos e com as directivas gerais fixadas pelo Conselho de Governadores. Tem competência exclusiva para decidir da concessão de empréstimos e garantias e da captação de fundos. Os seus membros são nomeados pelo Conselho de Governadores, por um período de cinco anos (renovável), após designação pelos Estados-membros, e são responsáveis unicamente perante o Banco. O Conselho de Administração compõe-se de 25 administradores titulares e 13 suplentes, dos quais, respectivamente, 24 e 12 são designados pelos Estados-membros; a Comissão Europeia nomeia um administrador titular e um suplente.

O **Comité Executivo** é o órgão executivo colegial e permanente do BEI que, sob a autoridade do Presidente e o controlo do Conselho de Administração, assegura a gestão dos assuntos correntes do Banco e recomenda a este Conselho decisões, garantindo subsequentemente a respectiva execução. O Presidente do Banco ou, no seu impedimento, um dos Vice-Presidentes, preside às reuniões do Conselho de Administração. Os membros do Comité Executivo são responsáveis unicamente perante o Banco e são nomeados pelo Conselho de Governadores, por proposta do Conselho de Administração, por um período de seis anos.

O **Comité de Fiscalização** compõe-se de três membros, nomeados pelo Conselho de Governadores por um período de três anos, renovável. Em 1996, o Conselho de Governadores criou o cargo de Observador junto deste Comité, com um mandato de um ano. O Comité de Fiscalização é um órgão independente, directamente responsável perante o Conselho de Governadores, e a sua missão consiste em garantir que as operações do Banco são realizadas em conformidade com os procedimentos estipulados nos Estatutos e verificar a regularidade dos livros do Banco. O Conselho de Governadores toma conhecimento do Relatório do Comité e das suas conclusões, assim como da Declaração do Comité, antes de aprovar o Relatório Anual adoptado pelo Conselho de Administração.



O Comité de Fiscalização



O Comité Executivo do BEI

*A direcção colegial do Banco e as
competências de supervisão dos seus membros*

Philippe MAYSTADT

Presidente do Banco e do
Conselho de Administração



- Relações com o Parlamento
- Questões institucionais
- Relações com o Controlador Financeiro e a Auditoria Interna
- Recursos humanos
- Orçamento
- Tecnologias da Informação
- Governador do BERD

Massimo PONZELLINI

Vice-Presidente



- Financiamentos na Itália, Grécia, Chipre e Malta
- Riscos de crédito e administração dos financiamentos
- Contabilidade e controlo do risco financeiro
- Actividade em favor de PME

Ewald NOWOTNY

Vice-Presidente



- Financiamentos na Áustria, Suécia, Finlândia, Islândia, Noruega, Turquia e Balcãs; relações com a Suíça
- Estudos económicos e financeiros
- Redes transeuropeias
- Ligação com o NIB

Wolfgang ROTH

Vice-Presidente



- Financiamentos na Alemanha e nos países da Europa Central candidatos à adesão
- Política de Informação e Comunicação
- Vice-Governador do BERD

Francis MAYER

Vice-Presidente



- Financiamentos em França, Magrebe, Machereque, Israel, Gaza e Cisjordânia
- Políticas financeiras
- Mercado de capitais
- Tesouraria
- Membro do Conselho de Administração do FEI

Peter SEDGWICK

Vice-Presidente



- Financiamentos no Reino Unido
- Protecção do ambiente
- Relações com as ONG; abertura e transparência
- Auditoria interna e externa e relações com o Comité de Fiscalização
- Relações com o Tribunal de Contas
- Membro do Conselho de Administração do FEI

Isabel MARTÍN CASTELLÁ

Vice-Presidente



- Financiamentos em Espanha, Portugal, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo, América Latina e Ásia
- Financiamentos estruturados e novos instrumentos de crédito
- Assuntos jurídicos (aspectos operacionais)
- Ligação com o BIAD e o BASD

Michael G. TUTTY

Vice-Presidente



- Financiamentos na Irlanda, Dinamarca, Países ACP e África do Sul
- Avaliação dos projectos e avaliação *ex-post* das operações
- Desenvolvimento regional
- Empréstimos globais
- Ligação com o BAD

Estrutura dos serviços

(Situação em 15 de Abril de 2002)

Secretariado-Geral

Francis CARPENTER
Secretário-Geral



Administração Geral

Rémy JACOB
Director
Instâncias Directivas e Protocolo
Hugo WOESTMANN
Planeamento, Orçamento e Controlo
Theoharry GRAMMATIKOS
Tradução
Georg AIGNER
Compras e Serviços administrativos
Manfredo PAULUCCI de CALBOLI
Serviços gerais e Gestão do Ambiente de Trabalho
Agustín AURÍA

Instituições

Gabinete de Bruxelas
Dominique de CRAYENCOUR
Director
Coordenação externa
Evelyne POURTEAU
Directora associada

Informação e Comunicação

Henry MARTY-GAUQUIÉ
Director
Políticas de Comunicação
Adam McDONOUGH
Comunicação externa e Relações com os Médias
Paul Gerd LÖSER
Gestão da Documentação e da Informação
Marie-Odile KLEIBER
Directora associada

Implementação das Recomendações de Auditoria
Helmut KUHRT

Alargamento e Coordenação interna
Ferdinand SASSEN
Consultor principal

Direcção de Financiamentos-Europa

Terence BROWN
Director-Geral



Reino Unido, Irlanda e Países Nórdicos

Thomas BARRETT
Director
Banco, Indústria e Titulação
Bruno DENIS
Infra-estruturas económicas
Tilman SEIBERT
Financiamentos estruturados e Operações de Parceria público-privada (PPP)
Cheryl FISHER
Países Nórdicos
Michael O'HALLORAN

Espanha e Portugal

Alfonso QUEREJETA
Director

Espanha - PPP, Infra-estruturas e Sector social e urbano
Christopher KNOWLES
Espanha - Bancos, Indústria, Energia e Telecomunicações
Fernando de la FUENTE
Gabinete de Madrid
Alberto BARRAGÁN
Portugal
Rui Artur MARTINS
Gabinete de Lisboa
David COKER

França e Benelux

Laurent de MAUTORT
Director
França - Infra-estruturas
Jacques DIOT
França - Empresas
Constantin SYNADINO
Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos
Henk DELSING

Alemanha e Áustria

Joachim LINK
Director
Alemanha - Länder do norte
Peggy NYLUND GREEN
Alemanha-Länder do sul
Heinz OLBERS
Gabinete de Berlim
Franz-Josef VETTER
Áustria, Energia e Telecomunicações na Alemanha
Paolo MUNINI

Países candidatos

Emanuel MARAVIC
Director
Estónia, Letónia, Lituânia, Polónia e Euratom
Grammatiki TSINGOU-PAPADOPETROU
Directora associada
Hungria, Eslovénia e bancos IED (investimento estrangeiro directo)
Cormac MURPHY
Bulgária e Roménia
Rainer SAERBECK
República Checa e Eslováquia
Jean VRLA

Itália, Grécia, Chipre e Malta

Thomas HACKETT
Director
Infra-estruturas
Bruno LAGO
Energia, Ambiente e Telecomunicações
Alexander ANDÖ
Indústria e bancos
Jean-Christophe CHALINE
Grécia
Themistoklis KOUVARAKIS

Departamento «Apoio às Operações»

Jos van KAAM
Director
Coordenação
Thomas FAHRTMANN

Informática e Informações relativas à Gestão
Guy BERMAN
Apoio às Actividades de Financiamento
Ralph BAST

Direcção de Financiamentos-Outros países

Jean-Louis BIANCARELLI
Director-Geral



Serviço de Consulta para Questões económicas de Desenvolvimento
Daniel OTTOLENGHI
Consultor-Chefe para o Desenvolvimento
Flavia PALANZA
Consultora económica principal

Mediterrâneo e Balcãs

Antonio PUGLIESE
Director
Magrebe
Alain SÈVE
Machereque e Médio Oriente
Jane MACPHERSON
Balcãs e Turquia
Patrick WALSH

África, Caraíbas, Pacífico e África do Sul

Martin CURWEN
Director
África Ocidental e Sahel
Tassilo HENDUS
África Central e Oriental
Jacqueline NOËL
Directora associada
África Austral e Oceano Índico
Justin LOASBY
Caraíbas e Pacífico
Stephen MCCARTHY

América Latina e Ásia

Claudio CORTESE
Director
América Latina
Matthias ZÖLLNER
Ásia
Siward de VRIES

Direcção de Finanças

René KARSENTI
Director-Geral



Mercado de Capitais

Barbara BARGAGLI-PETRUCCI
Directora
Euro - Emissões de Referência
Carlos FERREIRA DA SILVA
Euro - Outras Emissões
Joseph VOGTEN
Europa (Não-EURO) e África
David CLARK
América, Ásia e Pacífico
Carlos GUILLE

Tesouraria

Anneli PESHKOFF
Directora
Gestão da Liquidez
Francis ZEGHERS
Gestão Activo/Passivo
Jean-Dominique POTOCKI
Gestão da Carteira
James RANAIVOSON

Previsão e Execução das Operações

Francisco de PAULA COELHO
Director
Back-Office Empréstimos
Gianmaria MUSELLA
Back-Office Tesouraria
Erling CRONQVIST
Back-Office Emissões
Yves KIRPACH
Desenvolvimento Sistemas, Base de Dados
Empréstimos
Charles ANIZET
Política financeira, GAP e Gestão de Riscos de Mercado
Alain GODARD
Coordenação
Henri-Pierre SAUNIER

Direcção de Projectos

Michel DELEAU
Director-Geral
Mateo TURRÓ CALVET
Director associado, Redes de Infra-estruturas
Estudos económicos e financeiros
Eric PERÉE



Infra-estruturas

Christopher HURST
Director
Axel HÖRHAGER
(Coordenador Balcãs)
Andrew ALLEN
Luigi MARCON
Transportes ferroviários e rodoviários
José Luis ALFARO
Transportes aéreos, marítimos e urbanos
Philippe OSTENC
(Concursos públicos)
Água e Saneamento
José FRADE

Energia, Telecomunicações e Gestão de Resíduos

Günter WESTERMANN
Director
Electricidade e Gestão de Resíduos
René van ZONNEVELD
Heiko GEBHARDT
(Gestão de Resíduos)
Petróleo e Gás
(Günter WESTERMANN)
Telecomunicações e Tecnologias da Informação
Carillo ROVERE
Questões económicas
Gerhardus van MUISWINKEL

Indústria e Serviços

Constantin CHRISTOFIDIS
Director
Recursos primários e Ciências da Vida
Jean-Jacques MERTENS
Peder PEDERSEN
Indústrias transformadoras e Serviços
Bernard BÉLIER
Pedro OCHOA
Capital humano
Stephen WRIGHT
Economia industrial
Hans-Harald JAHN

Departamento «Apoio à Estratégia»

Patrice GÉRAUD
Director
Gianni CARBONARO
Política de Financiamento
Guy CLAUSSE
Gestão da Qualidade
Angelo BOIOLI
Gestão dos Recursos
Daphné VENTURAS
Unidade «Ambiente»
Peter CARTER

Direcção de Assuntos Jurídicos

Eberhard UHLMANN
Director-Geral
Questões financeiras e Política institucional
Marc DUFRESNE
Co-Director
Questões financeiras
Nicola BARR
Política institucional
Carlos GÓMEZ DE LA CRUZ



Operações

Konstantin ANDREPOULOS
Director-Geral adjunto
Política operacional e Balcãs
Roderick DUNNETT
Alemanha, Áustria e PECO
Gerhard HÜTZ
Espanha e Portugal
Ignacio LACORZANA
Dinamarca, Irlanda, Finlândia, Suécia e Reino Unido
Patrick Hugh CHAMBERLAIN
Bélgica, França, Luxemburgo e Países Baixos
Pierre ALBOUZE
ACP, América Latina e Ásia, Mediterrâneo e PTU
Regan WYLIE-OTTE
Grécia, Itália, Chipre e Malta
Manfredi TONCI OTTIERI

Risco de Crédito

Pierluigi GILIBERT
Director-Geral



Infra-estruturas e Indústria
Per JEDEFORS
Director
Risco Financiamento de Projectos
Klaus TRÖMEL
Metodologias e Risco de Crédito e Produtos derivados
Luis GONZALEZ-PACHECO
Banca
Georg HUBER
Coordenação e Apoio
Elizabeth MATIZ

Recursos Humanos

Andreas VERYKIOS
Director
Orçamento e Integração horizontal
Zacharias ZACHARIADIS
Recursos
Jörg-Alexander UEBBING
Desenvolvimento
...
Administração
Michel GRILLI



Avaliação das Operações

Horst FEUERSTEIN
Director
Juan ALARIO GASULLA
Campbell THOMSON



Controlo Financeiro

Patrick KLAEDTKE
Controlador financeiro
Luis BOTELLA MORALES
Controlador financeiro adjunto
Contabilidade
(Luis BOTELLA MORALES)
Controlo interno e Controlo de Gestão
Antonio ROCA IGLESIAS



Tecnologias de Informação

Luciano DI MATTIA
Director
Aplicações informáticas existentes e Manutenção
Joseph FOY
Aplicações de Actividades de base
(Luciano DI MATTIA)
Empréstimos, Publicações e Orçamento
Simon NORCROSS
Infra-estruturas
José GRINCHO

Auditoria Interna

Peter MAERTENS
Director associado

Economista-Chefe

Alfred STEINHERR





A governação do FEI

O FEI é dirigido e administrado pelos três órgãos seguintes:

- a Assembleia Geral de todos os accionistas (BEI, União Europeia e 28 bancos), que se reúne pelo menos uma vez por ano;
- o Conselho de Administração, que se compõe de sete membros e decide das operações do Fundo;
- o Director-Geral, que assegura a gestão do Fundo em conformidade com as disposições dos Estatutos e com as directrizes e os princípios de orientação adoptados pelo Conselho de Administração.

Por último, as contas do Fundo são fiscalizadas por um Conselho Fiscal composto por três auditores nomeados pela Assembleia Geral.

Estrutura do FEI

Walter CERNOIA **Director-Geral**

Marc SCHUBLIN *Chefe da Divisão Coordenação Institucional e Estratégica*

Robert WAGENER **Secretário-Geral**

Frank TASSONE *Chefe da Divisão Administração e Controlo Financeiro*

Maria LEANDER *Chefe da Divisão Serviços Jurídicos*

Susanne RASMUSSEN *Responsável dos Recursos Humanos*

John A. HOLLOWAY **Director das Operações**

Alessandro TAPPI *Chefe da Divisão Garantias*

Jean-Philippe BURCKLEN *Chefe da Divisão Operações de Capital de Risco 1 (Bélgica, França, Itália, Grécia, Luxemburgo, Países Baixos, Espanha e Reino Unido)*

Kim KREILGAARD *Chefe da Divisão Operações de Capital de Risco 2 (Áustria, Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Irlanda, Portugal, Suécia e países candidatos)*

Thomas MEYER *Chefe da Divisão Gestão e Controlo dos Riscos*



Funcionamento do Grupo BEI

Empenhado em manter condições de trabalho harmoniosas e enriquecedoras, o Banco implementou em 2001 novas políticas e medidas, entre as quais a reformulação do procedimento de apreciação do pessoal e a transferência para as direcções de responsabilidades em matéria de orçamentos e de gestão do pessoal.

Organização e estruturas

O Banco adapta regularmente a sua organização e estruturas internas. O ano de 2001 foi marcado pelo reforço da sua capacidade de identificação estratégica e de apoio às operações, tal como ilustrado no organigrama (páginas 42 e 43) disponível no *site* do BEI na Internet (www.bei.org).

Representação do Pessoal

Em 2001, o Colégio de Representantes do Pessoal (RP) prosseguiu com o Departamento de Recursos Humanos (RH) o trabalho sobre a adaptação e actualização do Regulamento do Pessoal. Os trabalhos foram conduzidos por mais de 10 grupos de trabalho RP/RH, que se debruçaram sobre questões importantes, não só para o pessoal, como para a Direcção: destacam-se as apreciações anuais, as remunerações e os trabalhos dos Comitês paritários (o último a ser criado foi o Comité paritário para a saúde, a higiene e as condições de trabalho).

Igualdade de oportunidades

O Comité Paritário para a Igualdade de Oportunidades para homens e mulheres

(COPEC) vela pela execução da política de igualdade de oportunidades em termos de carreiras, formação e infra-estruturas sociais. Da sua actividade em 2001, destacam-se as propostas que conduziram à implementação com êxito de uma melhor política de férias parentais, incluindo a substituição a longo prazo por motivo de férias de parto.

Desenvolvimento individual

No que respeita ao desenvolvimento individual, o objectivo do Banco continua a ser manter o alto nível de qualificações e de competência do seu pessoal e simultaneamente, proporcionar oportunidades de desenvolvimento profissional. Em 2001, concluiu-se a primeira fase do «Management Development Programme» lançado em 1999. Mais de 120 membros do pessoal de chefia participaram em seminários sobre estratégia, «*leadership*» e gestão da mudança. Está a ser preparado um novo programa relativo ao desenvolvimento de competências de chefia na gestão corrente.

Protecção dos dados de carácter pessoal

O Regulamento (CE) N° 45/2001 de 18/12/2000, que entrou em vigor a 1 de Fevereiro de 2002, visa garantir que as disposições aplicáveis nos Estados-membros em matéria de protecção das pessoas físicas no que toca ao tratamento de dados de carácter pessoal e à livre circulação desses dados, são também adoptadas pelas instituições e órgãos comunitários. Em 2001, foi feito um

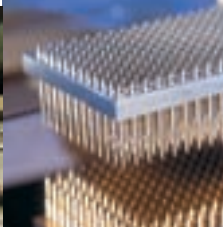
esforço apreciável para garantir o alinhamento do Banco com as disposições do Regulamento.

Efectivos

No final de Dezembro de 2001, os efectivos do Banco ascendiam a 1 097, o que representa um acréscimo de 6,2 % em relação ao ano anterior.

O FEI

Sendo agora a vertente do Grupo BEI especializada no capital de risco, o FEI prosseguiu a reformulação da sua acção, na sequência da decisão da Assembleia Geral de Junho de 2000. O crescimento das actividades conduziu à necessidade de reforçar as equipas operacionais, sendo recrutados novos efectivos. Além disso, foi criada uma divisão de gestão e controlo do risco. No final de 2001, os efectivos ascendiam a 50 pessoas (78 % das quais quadros), o que ilustra a prioridade dada às operações e a utilização comum dos meios administrativos do Grupo.



Balanço sintético do Grupo BEI

Balanço em 31 de Dezembro de 2001 (em milhares de euros)

ACTIVO 31.12.2001

1. caixa e disponibilidades junto dos bancos centrais e dos serviços de cheques postais	22 180
2. efeitos públicos admissíveis para refinanciamento junto dos bancos centrais ajustamento do justo valor	1 519 621 106 1 519 727
3. créditos sobre instituições de crédito	181 292 9 917 933 84 654 699 94 753 924
4. créditos sobre clientes provisões específicas ajustamento do justo valor	101 085 284 - 175 000 33 179 100 943 463
5. obrigações e outros títulos de rendimento fixo	3 262 797 3 418 574 - 46 6 681 325
6. acções e outros títulos de rendimento variável ajustamento do justo valor acções	838 530 5 642 844 172
7. imobilizações incorpóreas	7 788
8. imobilizações corpóreas	84 528
9. outros activos	
a) a receber a título de bonificações de juros desembolsadas antecipadamente no quadro do SME	3 528
b) devedores diversos	538 779
c) conta de ajustamento dos contratos de swap de divisas	1 236 663
d) ajustamento do justo valor derivados	6 948 150 8 727 120
10. contas de regularização	2 378 477
	215 962 704

PASSIVO 31.12.2001

1. débitos para com instituições de crédito	
a) à vista	607 622
b) a prazo ou com pré-aviso	607 622
2. débitos representados por títulos	
a) certificados e obrigações em circulação	178 293 413
b) outros	857 103
	179 150 516
prémios de emissão líquidos ajustamento do justo valor	17 852 4 741 338
	183 909 706
3. outros passivos	
a) bonificações de juros recebidas antecipadamente	324 956
b) credores diversos	989 394
c) diversos	44 245
d) ajustamento do justo valor derivados	2 414 809
	3 773 404
4. contas de regularização	3 779 972
5. provisões para riscos e encargos	
* Fundo de Pensões	474 951
* provisões para garantias prestadas	24 312
6. quotas minoritárias	216 349
7. capital	
subscrito	100 000 000
não exigido	- 94 000 000
	6 000 000
8. reservas consolidadas	
a) fundo de reserva	10 000 000
b) reservas suplementares	3 154 706
c) reservas de consolidação	27 279
	13 181 985
d) ajustamento do justo valor 01.01.2001	- 117 883
e) avaliação títulos disponíveis para venda	3 266
	13 067 368
9. fundos afectados ao instrumento de financiamento estruturado	250 000
10. fundos afectados às operações de capital de risco	1 500 000
11. fundo para riscos bancários gerais	1 080 000
12. resultados do exercício antes de afectação	1 424 021
afectação do período ao fundo para riscos bancários gerais	- 145 000
após afectação	1 279 021
	215 962 704



Projectos que podem ser financiados pelo Grupo BEI

Na **União Europeia** e nos **países candidatos** à adesão, o Grupo BEI financia projectos que contribuam para um ou mais dos seguintes objectivos:

- reforço da coesão económica e social e criação de uma actividade económica que contribua para o desenvolvimento económico das regiões menos favorecidas;
- promoção de investimentos que visem uma sociedade baseada no conhecimento e na inovação;
- melhoria das infra-estruturas e serviços nos domínios da educação e da saúde, componentes cruciais do capital humano;
- desenvolvimento de infra-estruturas de interesse comunitário no domínio dos transportes, das telecomunicações e do transporte de energia;
- preservação do ambiente e melhoria da qualidade de vida, nomeadamente, mediante recurso às energias renováveis ou alternativas;

- segurança do abastecimento energético por meio da utilização racional, do aproveitamento dos recursos endógenos ou da diversificação das importações;
- melhoria da situação financeira das PME, contribuindo para o respectivo desenvolvimento através de:
 - empréstimos globais, a médio e a longo prazo, do BEI;
 - operações de capital de risco do FEI;
 - garantias do FEI em favor das PME.

Nos países parceiros, o BEI participa na implementação das políticas da União em matéria de ajuda e de cooperação para o desenvolvimento, concedendo empréstimos a longo prazo a cargo de recursos próprios, empréstimos subordinados e capitais de risco a cargo de recursos orçamentais dos Estados-membros ou da União Europeia, intervindo:

- nos países mediterrânicos, para promover os objectivos da Parceria Euro-

mediterrânica, que visa criar uma união aduaneira até 2010;

- nos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP), na África do Sul e nos PTU;
- na América Latina e na Ásia, regiões em que financia certos tipos de projectos de interesse mútuo para a União e os países interessados;
- nos países dos Balcãs, nos quais contribui para os objectivos do Pacto de Estabilidade, centrando as intervenções, não só na reconstrução das infra-estruturas de base e no financiamento de projectos de âmbito regional, mas também no desenvolvimento do sector privado.

O BEI agradece aos promotores e fornecedores pelas fotografias publicadas no presente relatório:

Masterfile (capa, p. 10, 12, 16, 19, 30 e 32), Fotostock (capa, p. 17, 28 e 38), La Vie du Rail/Collardey (capa), La Vie du Rail/Recoura (p. 25 e 27), La Vie du Rail/Besnard (p. 26), Benelux Press (capa, p. 6, 8, 14, 17, 20, 24, 25, 26, 46 e 47), Fränk Weber (p. 3, 5, 45 e 47), Rol Schleich (p. 4), Imedia (p. 5, 31, 40, 41, 42 e 46), Getty Images (p. 11), DaimlerChrysler (p. 13), Corbis Stockmarket (p. 13, 15, 27, 33, 35, 46 e 47), CNRS (p. 14), Stone (p. 15 e 47), Housing Fund of Finland (p. 16), Sue Cunningham (p. 18, 19, 20, 22 e 26), Barcs Endre (p. 18), Image Bank (p. 19, 28 e 34), Klaipėda State Seaport Authority (p. 20), Meridiana (p. 21), Electricity Authority of Cyprus (p. 21), Bakwena Platinum Corridor Concessionnaire (p. 22), Office National de l'Electricité, Maroc (p. 23), Pirelli (p. 23), SADE (p. 23), Graffinity Pharmaceutical Design GmbH (p. 24, 25 e 46), Cofiroute (p. 27), Siemens press photo (p. 28 e 29), Universidad de Alicante (p. 29), Parlamento Europeu (p. 37 e 39), Isopress (p. 39), K. Scheel (p. 41 e 42), J.P. Kiefer (p. 41 e 42), Cofiroute (p. 46) e ENEL (p. 47).

Endereços do Grupo BEI

Banco Europeu de Investimento

100, boulevard Konrad Adenauer
L-2950 Luxemburgo
Tel. (+352) 43 79 - 1
Fax (+352) 43 77 04

Internet: www.bei.org
E-mail: info@bei.org



*Departamento de operações de
financiamento na Itália, Grécia,
Chipre e Malta*
Via Sardegna, 38
I-00187 Roma
Tel. (+39) 06 47 19 - 1
Fax (+39) 06 42 87 34 38

Gabinete de Atenas :
364, Kifissias Ave & 1, Delfon
GR-152 33 Halandri/Atenas
Tel. (+30) 10 68 24 517 - 9
Fax (+30) 10 68 24 520

Gabinete de Berlim:
Lennéstrasse, 17
D-10785 Berlim
Tel. (+49 - 30) 59 00 479 - 0
Fax (+49 - 30) 59 00 47 99

Gabinete de Bruxelas :
Rue de la loi 227
B-1040 Bruxelas
Tel. (+32 - 2) 23 50 070
Fax (+32 - 2) 23 05 827

Gabinete de Lisboa:
Regus Business Center
Avenida da Liberdade, 110-2º
P-1269-046 Lisboa
Tel. (+351) - 21 34 28 989
Fax (+351) - 21 34 70 487

Gabinete de Madrid:
Calle José Ortega y Gasset, 29
E-28006 Madrid
Tel. (+34) 91 43 11 340
Fax (+34) 91 43 11 3 83

Fundo Europeu de Investimento

43, avenue J.F. Kennedy
L-2968 Luxemburgo
Tel. (+352) 42 66 88-1
Fax (+352) 42 66 88-200

Internet: www.eif.org
E-mail: info@eif.org

